

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	21
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	22
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente -	104
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	159.009
Preferenciais	0
Total	159.009
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	603.992	503.014	504.748
1.01	Ativo Circulante	248.411	189.604	191.594
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.719	7.014	6.446
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.120	4.279	6.790
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.120	4.279	6.790
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.120	4.279	6.790
1.01.03	Contas a Receber	95.996	64.837	70.321
1.01.03.01	Clientes	95.996	64.837	70.321
1.01.04	Estoques	93.276	68.224	57.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.362	3.329	224
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.362	3.329	224
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	0	171	0
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.362	3.158	224
1.01.07	Despesas Antecipadas	127	112	104
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	47.811	41.809	50.013
1.01.08.03	Outros	47.811	41.809	50.013
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	10.567	5.909	8.285
1.01.08.03.02	Créditos com Controlada	33.784	32.182	37.937
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	1.758	2.120	2.322
1.01.08.03.04	Outros	1.702	1.598	1.469
1.02	Ativo Não Circulante	355.581	313.410	313.154
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	176.007	134.085	135.458
1.02.01.03	Contas a Receber	357	673	0
1.02.01.03.01	Clientes	357	673	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.309	17.575	22.839
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.309	17.575	22.839
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	98.333	89.653	98.376
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	3.666	2.890	3.147

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	94.667	86.763	95.229
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	48.008	26.184	14.243
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.011	2.022	1.686
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	26.131	13.858	11.888
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.455	500	461
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	10.590	9.665	0
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	1.764	0	0
1.02.01.09.08	Outros	57	139	208
1.02.02	Investimentos	678	678	678
1.02.02.01	Participações Societárias	678	678	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	480	480	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198	198
1.02.03	Imobilizado	177.459	176.146	173.948
1.02.04	Intangível	1.437	2.501	3.070

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	603.992	503.014	504.748
2.01	Passivo Circulante	278.627	247.620	255.060
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.498	10.705	8.031
2.01.02	Fornecedores	86.777	65.999	70.812
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.399	22.965	19.019
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.399	22.965	19.019
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	590	0	0
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	15.739	21.434	9.303
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	2.070	1.531	9.716
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.584	92.854	97.194
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	97.584	92.854	97.194
2.01.05	Outras Obrigações	21.309	22.532	30.727
2.01.05.02	Outros	21.309	22.532	30.727
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	14.189	18.673	18.677
2.01.05.02.05	Dívida com Pessoas Ligadas	0	0	2.120
2.01.05.02.07	Outros	7.120	3.859	9.930
2.01.06	Provisões	40.060	32.565	29.277
2.01.06.02	Outras Provisões	40.060	32.565	29.277
2.01.06.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	33.738	27.026	29.277
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	6.322	5.539	0
2.02	Passivo Não Circulante	264.501	228.217	249.469
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	44.434	28.127	35.583
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.434	28.127	35.583
2.02.02	Outras Obrigações	146.015	140.398	157.577
2.02.02.02	Outros	146.015	140.398	157.577
2.02.02.02.03	Dívida com Pessoas Ligadas	8.484	7.827	7.386
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	3.469	3.420	6.359
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	134.062	128.377	28.957

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.06	Tributos a Pagar	0	0	111.957
2.02.02.02.07	Outros	0	774	2.918
2.02.03	Tributos Diferidos	44.303	39.973	40.583
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.303	39.973	40.583
2.02.04	Provisões	29.749	19.719	15.726
2.02.04.02	Outras Provisões	29.749	19.719	15.726
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	4.256	2.720	2.335
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	25.493	16.999	13.391
2.03	Patrimônio Líquido	60.864	27.177	219
2.03.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957	112.957
2.03.02	Reservas de Capital	267	267	267
2.03.03	Reservas de Reavaliação	46.872	48.729	50.472
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-99.661	-133.622	-154.125
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	429	-1.154	-9.352

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	481.288	363.677	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-355.081	-283.783	0
3.03	Resultado Bruto	126.207	79.894	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-70.990	-46.592	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-61.409	-45.108	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.480	-11.599	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.478	77.669	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.483	-67.131	0
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-15.125	-58.409	0
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-1.358	-8.722	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	904	-423	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.217	33.302	0
3.06	Resultado Financeiro	-26.137	-9.887	0
3.06.01	Receitas Financeiras	14.959	16.700	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.096	-26.587	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.080	23.415	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.024	-4.655	0
3.08.01	Corrente	-4.376	0	0
3.08.02	Diferido	7.400	-4.655	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	32.104	18.760	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	32.104	18.760	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,2	0,12	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,2	0,12	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	32.104	18.760	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.440	9.941	0
4.02.01	Realização da Reserva de Realização	1.857	1.743	0
4.02.03	Ganho Atuarial	168	0	0
4.02.04	Variação Cambial de Controlada Localizadas no Exterior	1.415	8.198	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.544	28.701	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.054	-1.803	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.915	10.041	0
6.01.02	Juros Pagos	-16.985	-11.844	0
6.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.984	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.910	4.095	0
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-12.972	-10.923	0
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-5	-1.111	0
6.02.03	Dividendos Recebidos	5.909	8.285	0
6.02.04	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	600	1.766	0
6.02.05	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	-2.442	6.078	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.669	-1.724	0
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	264.151	230.515	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-240.559	-229.762	0
6.03.03	Captação (pagamento) de empresas ligadas	77	-2.477	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.705	568	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.014	6.446	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.719	7.014	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-133.622	47.575	27.177
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-133.622	47.575	27.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.961	-274	33.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.104	0	32.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.857	-274	1.583
5.05.02.06	Realização da Reserva de Realização	0	0	0	1.857	-1.857	0
5.05.02.07	Ganho Atuarial	0	0	0	0	168	168
5.05.02.08	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.415	1.415
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-99.661	47.301	60.864

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-154.125	41.120	219
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-154.125	41.120	219
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.503	6.455	26.958
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.760	0	18.760
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.743	6.455	8.198
5.05.02.06	Realização da Reserva de Realização	0	0	0	1.743	-1.743	0
5.05.02.08	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	8.198	8.198
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-133.622	47.575	27.177

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	621.755	477.143	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	599.245	475.062	0
7.01.02	Outras Receitas	22.479	2.591	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	31	-510	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-327.056	-257.390	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-243.875	-196.631	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-83.121	-60.851	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-60	92	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	294.699	219.753	0
7.04	Retenções	-16.405	-15.965	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.405	-15.965	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	278.294	203.788	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.820	37.551	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	904	-423	0
7.06.02	Receitas Financeiras	26.916	32.065	0
7.06.03	Outros	0	5.909	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	306.114	241.339	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	306.114	241.339	0
7.08.01	Pessoal	81.474	71.034	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.665	62.500	0
7.08.01.02	Benefícios	6.943	5.017	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.866	3.517	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	132.738	94.833	0
7.08.02.01	Federais	65.078	44.530	0
7.08.02.02	Estaduais	67.485	50.260	0
7.08.02.03	Municipais	175	43	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.798	56.712	0
7.08.03.01	Juros	54.992	52.647	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.02	Aluguéis	4.806	4.065	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.104	18.760	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.104	18.760	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	567.422	475.273	477.851
1.01	Ativo Circulante	214.527	163.230	165.251
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.802	8.618	9.017
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.120	4.279	6.790
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.120	4.279	6.790
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.120	4.279	6.790
1.01.03	Contas a Receber	101.491	70.989	79.865
1.01.03.01	Clientes	101.491	70.989	79.865
1.01.04	Estoques	93.745	71.037	64.300
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.154	4.294	1.166
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.154	4.294	1.166
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	215	420	228
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.939	3.874	938
1.01.07	Despesas Antecipadas	193	230	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.022	3.783	3.899
1.01.08.03	Outros	3.022	3.783	3.899
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	747	2.121	2.365
1.01.08.03.04	Outros	2.275	1.662	1.534
1.02	Ativo Não Circulante	352.895	312.043	312.600
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	172.899	131.983	133.835
1.02.01.03	Contas a Receber	357	673	0
1.02.01.03.01	Clientes	357	673	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.309	17.575	22.839
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.309	17.575	22.839
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	94.667	86.763	95.229
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	94.667	86.763	95.229
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	48.566	26.972	15.767
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.043	2.217	1.791

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	26.131	13.858	11.888
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.455	500	461
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	10.590	9.665	0
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	1.764	0	0
1.02.01.09.08	Outros	583	732	1.627
1.02.02	Investimentos	226	223	221
1.02.02.01	Participações Societárias	226	223	221
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	226	223	221
1.02.03	Imobilizado	178.226	177.172	175.403
1.02.04	Intangível	1.544	2.665	3.141

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	567.422	475.273	477.851
2.01	Passivo Circulante	251.275	226.868	235.924
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.334	11.603	9.169
2.01.02	Fornecedores	87.689	68.033	72.178
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.283	24.134	19.766
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.283	24.134	19.766
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.049	30	0
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	16.552	22.179	9.761
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	2.682	1.925	10.005
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.584	92.871	98.785
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	97.584	92.871	98.785
2.01.05	Outras Obrigações	24.040	24.670	36.026
2.01.05.02	Outros	24.040	24.670	36.026
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	14.659	20.254	19.957
2.01.05.02.05	Dívida com Pessoas Ligadas	0	0	2.120
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	11	6	8
2.01.05.02.07	Outros	9.370	4.410	13.941
2.01.06	Provisões	6.345	5.557	0
2.01.06.02	Outras Provisões	6.345	5.557	0
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	6.345	5.557	0
2.02	Passivo Não Circulante	255.311	221.456	242.343
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	45.242	28.859	36.327
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	45.242	28.859	36.327
2.02.02	Outras Obrigações	140.267	135.625	151.997
2.02.02.02	Outros	140.267	135.625	151.997
2.02.02.02.03	Dívida com Pessoas Ligadas	0	0	149
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	3.469	3.420	6.359
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	136.657	131.453	30.217

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.06	Tributos a Pagar	0	0	112.354
2.02.02.02.07	Outros	141	752	2.918
2.02.03	Tributos Diferidos	44.303	39.973	40.583
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.303	39.973	40.583
2.02.04	Provisões	25.499	16.999	13.436
2.02.04.02	Outras Provisões	25.499	16.999	13.436
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	25.499	16.999	13.436
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	60.836	26.949	-416
2.03.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957	112.957
2.03.02	Reservas de Capital	267	267	267
2.03.03	Reservas de Reavaliação	46.872	48.729	50.472
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-99.699	-133.851	-154.755
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	429	-1.154	-9.352
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	10	1	-5

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	511.415	380.208	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-347.971	-274.990	0
3.03	Resultado Bruto	163.444	105.218	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-94.055	-62.942	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-75.754	-55.330	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.985	-15.119	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.245	75.360	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.561	-67.853	0
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-15.203	-59.131	0
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-1.358	-8.722	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	69.389	42.276	0
3.06	Resultado Financeiro	-25.991	-10.165	0
3.06.01	Receitas Financeiras	15.706	17.461	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.697	-27.626	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.398	32.111	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.669	-7.199	0
3.08.01	Corrente	-10.069	-2.873	0
3.08.02	Diferido	7.400	-4.326	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.729	24.912	0
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-8.425	-5.745	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	32.304	19.167	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	32.295	19.161	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9	6	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,2	0,12	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,2	0,12	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	32.304	19.167	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.440	9.941	0
4.02.01	Realização da Reserva de Realização	1.857	1.743	0
4.02.02	Ganho Atuarial	168	0	0
4.02.03	Variação Cambial de Controlada Localizadas no Exterior	1.415	8.198	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	35.744	29.108	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.735	29.102	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9	6	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.849	10.705	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.290	25.128	0
6.01.02	Juros Pagos	-16.985	-11.844	0
6.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.154	-2.579	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.645	-10.546	0
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-13.227	-11.053	0
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-18	-1.259	0
6.02.04	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	600	1.766	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.649	-828	0
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	264.208	228.934	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-240.559	-229.762	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	29	270	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.184	-399	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.618	9.017	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.802	8.618	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-133.851	47.575	26.948	1	26.949
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-133.851	47.575	26.948	1	26.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.152	-274	33.878	9	33.887
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.295	0	32.295	9	32.304
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.857	-274	1.583	0	1.583
5.05.02.06	Realização da Reserva de Realização	0	0	0	1.857	-1.857	0	0	0
5.05.02.07	Ganho Atuarial	0	0	0	0	168	168	0	168
5.05.02.08	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.415	1.415	0	1.415
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-99.699	47.301	60.826	10	60.836

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-154.755	41.120	-411	-5	-416
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-154.755	41.120	-411	-5	-416
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.904	6.455	27.359	6	27.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.161	0	19.161	6	19.167
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.743	6.455	8.198	0	8.198
5.05.02.06	Realização da Reserva de Realização	0	0	0	1.743	-1.743	0	0	0
5.05.02.08	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	8.198	8.198	0	8.198
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-133.851	47.575	26.948	1	26.949

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	648.896	493.459	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	634.768	490.151	0
7.01.02	Outras Receitas	14.678	2.658	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-550	650	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-332.479	-251.259	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-226.627	-169.608	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-96.497	-75.998	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-930	92	0
7.02.04	Outros	-8.425	-5.745	0
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-8.425	-5.745	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	316.417	242.200	0
7.04	Retenções	-16.762	-16.522	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.762	-16.522	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	299.655	225.678	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.668	32.832	0
7.06.02	Receitas Financeiras	27.668	32.826	0
7.06.03	Outros	0	6	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	327.323	258.510	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	327.323	258.510	0
7.08.01	Pessoal	88.874	79.761	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.048	70.558	0
7.08.01.02	Benefícios	7.600	5.426	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.226	3.777	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	143.885	100.184	0
7.08.02.01	Federais	76.074	49.099	0
7.08.02.02	Estaduais	67.594	51.027	0
7.08.02.03	Municipais	217	58	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	62.260	59.398	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.01	Juros	55.708	53.959	0
7.08.03.02	Aluguéis	6.552	5.439	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.304	19.167	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.295	19.161	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	9	6	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tijucas (SC), 17 de março de 2011. A Portobello S/A (BM&FBOVESPA - código: PTBL3), uma das maiores empresas do setor de revestimento cerâmico brasileiro, listada no segmento tradicional da BOVESPA desde 1991 até 2008, quando aderiu ao Novo Mercado, apresenta seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas de forma consolidada e as comparações referem-se aos exercícios de 2010 e de 2009, exceto quando estiver indicado de outra forma. Tais informações estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS).

DESTAQUES 2010

(comparações de 2010, 2009 e 2008, que incluem somente operações continuadas, exceto quando apresentado o Lucro Líquido)

- Crescimento de 35% na Receita operacional líquida;
- Lucro operacional bruto 55% superior;
- Crescimento de 69% no Lucro líquido;
- EBIT 64% superior;
- Crescimento de 47% no EBITDA;
- Participação de 12% de produtos produzidos por terceiros na Receita operacional líquida;
- Encerramento das operações da controlada Portobello América, Inc. nos EUA;
- Instalação de nova linha de produção de porcelanato esmaltado, e aquisição de equipamento para decoração digital ("Ink Jet").

Descontinuação de operações

As operações da controlada Portobello America, Inc. foram descontinuadas em 31 de dezembro de 2010 e os dados relativos a esta operação descontinuada estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS. Os comentários e comparações aqui apresentados seguem este padrão.

1) Mensagem da Administração

A Portobello S.A. apresentou resultado expressivo em 2010, com a combinação de crescimento das vendas e aumento de margens. O bom desempenho da construção civil brasileira potencializou os efeitos de medidas adotadas pela Administração nos últimos anos, tais como: (i) aumento de produtividade e redução de custo; (ii) substituição de equipamentos por outros de maior produtividade; (iii) lançamento de produtos inovadores; (iv) redução do portfólio com vistas à maior produtividade; (v) concentração das exportações em mercados mais rentáveis; (vi) terceirização da produção de produtos de menor margem e (vii) aumento das vendas nas lojas franqueadas, refletindo na eficiência operacional da Companhia e no aumento da rentabilidade.

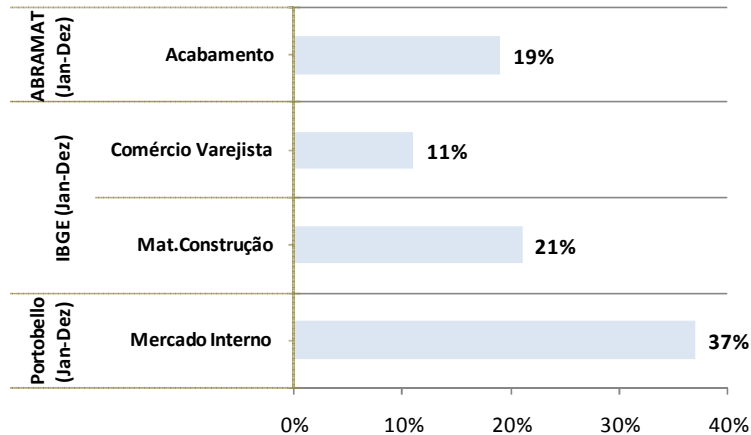
Como resultado houve crescimento de 35% da receita líquida consolidada, alcançando a marca de R\$ 511 milhões, estabelecendo novo recorde anual para a empresa. Devido às melhorias operacionais adotadas, houve também o ganho de margem EBITDA, que atingiu um valor de R\$ 86 milhões, valor 47% superior ao mesmo período de 2009. O lucro líquido no valor de R\$ 32 milhões foi 69% maior que o resultado do mesmo período de 2009, apesar do impacto negativo do fechamento das operações da Portobello América, Inc.

A Companhia aproveitou o bom momento do mercado de construção civil e, além do crescimento de suas vendas, aumentou sua participação no mercado doméstico, o que é evidenciado pelos dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). Comparando com o exercício de 2009, as vendas da Companhia no mercado interno mantiveram-se em crescimento, sendo 37% superior em receita líquida e 34%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

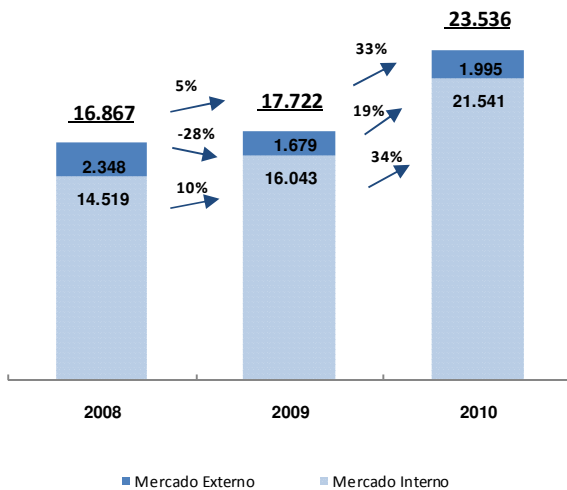
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

superior em volume, enquanto que o mercado brasileiro de construção civil - material de acabamento cresceu 19% de acordo com a ABRAMAT, resultado da política comercial agressiva e introdução de portfólio mais competitivo.

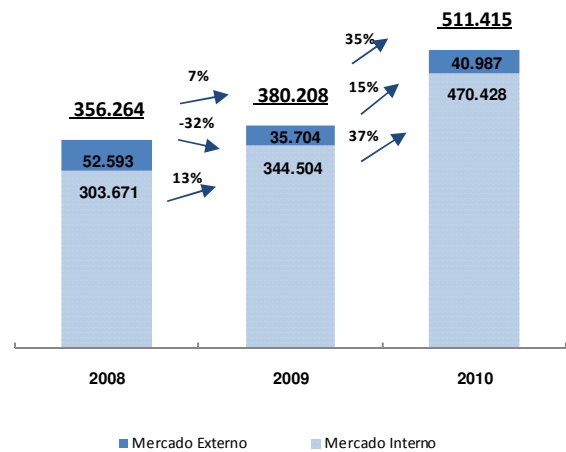


2) Desempenho das vendas

Volume de Vendas
(mil m²)



Receita Operacional Líquida
(R\$ mil)



O volume total de vendas aumentou 33% em função da estratégia comercial agressiva da Companhia alicerçada em aumento de produção própria e também na compra de produtos de terceiros para revenda, que representaram 12% da Receita Líquida.

A receita líquida cresceu 35% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, destacando novamente o mercado interno, que teve um aumento de 37%, com participação equilibrada dos canais Engenharia, Revenda e Portobello Shop. Para tanto, priorizou-se o lançamento de produtos inovadores (Extra Fino) e a otimização do portfólio, o que possibilitou à empresa um mix com preço médio de 1% maior que 2009.

As vendas para o mercado externo atingiram os níveis esperados pela Companhia e mantivemos o objetivo de redução da participação do mercado externo e concentração do foco no mercado brasileiro.

Em 2010, enfrentamos ainda desafios relacionados à logística, porém o modelo flexível de gestão de portfólio nos permitiu atender à demanda de mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3) Distribuição

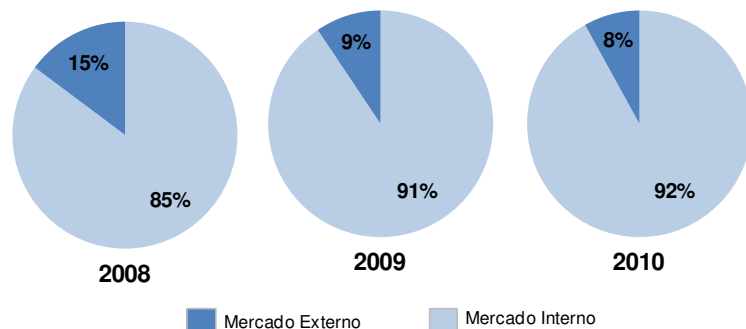
A rede de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado interno: São três os canais de distribuição: (i) “revendas multi-marcas”, responsáveis pelo atendimento a revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 105 lojas localizadas em 91 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Mercado externo: Representando as vendas realizadas para diversos países através de equipe própria e representantes independentes. As exportações em 2010 foram limitadas a mercados mais rentáveis e tiveram sua participação nas vendas totais reduzidas, de acordo com os planos definidos preliminarmente. Ainda dentro deste enfoque, as operações nos EUA, que vinham sendo realizadas pela subsidiária Portobello America, Inc. foram encerradas em dezembro de 2010. Aquele mercado será atendido por representantes comerciais e pelo nosso departamento de exportação.

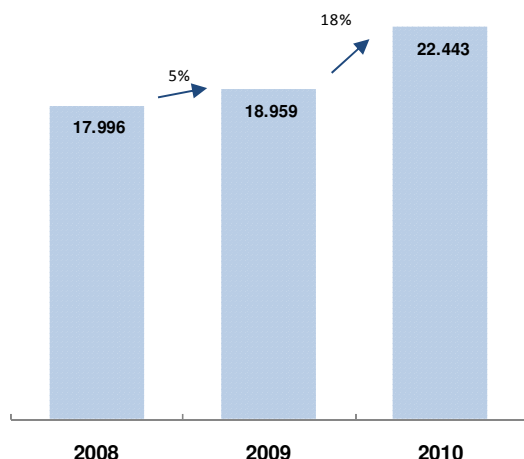
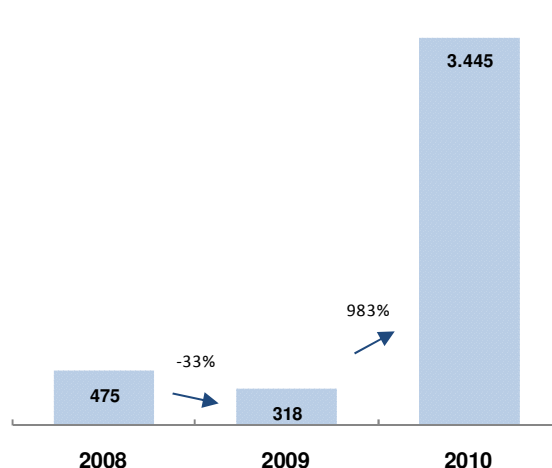
	2008			2009			2010		
	Volume (mil m ²)	Rec. líquida (R\$ mil)	% ROL	Volume (mil m ²)	Rec. líquida (R\$ mil)	% ROL	Volume (mil m ²)	Rec. líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	14.519	303.671	85%	16.043	344.504	91%	21.541	470.428	92%
Engenharia	6.088	105.472	30%	6.558	118.556	31%	8.838	162.915	32%
Revenda	5.376	101.737	29%	5.804	113.033	30%	7.648	155.624	30%
Revendas multimarcas	3.055	96.462	27%	3.681	112.915	30%	5.055	151.889	30%
Mercado externo	2.348	52.593	15%	1.679	35.704	9%	1.995	40.987	8%
	16.867	356.264		17.722	380.208		23.536	511.415	

Distribuição da Receita



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4) Desempenho operacional**Produção
(mil m²)****Compras de produtos de terceiros
para revenda (mil m²)**

O volume produzido neste período foi 18% maior em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à instalação no primeiro semestre de nova linha de produção na fábrica de porcelanato esmaltado, que refletiu em ganho de eficiência e qualidade. Além disso, a produtividade da Companhia nas demais unidades foi impulsionada por várias ações durante 2010 que também buscaram maior produtividade e qualidade. Para tanto, investiu-se em sistemas de gestão fabril, reorganização dos programas de produção e manutenção e otimização do portfólio de produção que permitiu custos menores e maior lucratividade por unidade vendida. Somado ao volume produzido, a Companhia adquiriu de terceiros 3,4 milhões m² de produtos para revenda, de forma a complementar a linha de produtos e alavancando-se na força da marca Portobello.

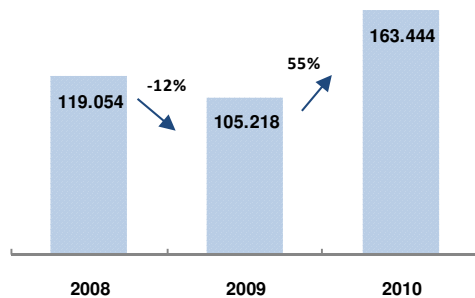
Desta forma, o lucro bruto aumentou 55%, influenciado pela venda de produtos com maior lucratividade, ganhos de percentual de primeira qualidade e maior eficiência de produção, além do maior volume de venda já mencionado. Consequentemente, a margem bruta de 32% foi significativamente superior aos 28% obtidos no mesmo período de 2009.

Desempenho operacional	2008	2009	2010	Variação % 2010 x 2009
Receita operacional líquida	356.264	380.208	511.415	35%
Mercado interno	303.671	344.504	470.428	37%
Mercado externo	52.593	35.704	40.987	15%
(-) Custo dos produtos vendidos	(237.210)	(274.990)	(347.971)	27%
(=) Lucro operacional bruto	119.054	105.218	163.444	55%
Margem bruta %	33%	28%	32%	15%
Volume vendido	16.867	17.722	23.536	33%
Receita média unitária	21,12	21,45	21,73	1%
Custo médio unitário	(14,06)	(15,52)	(14,78)	-5%
Lucro bruto unitário	7,06	5,94	6,94	17%

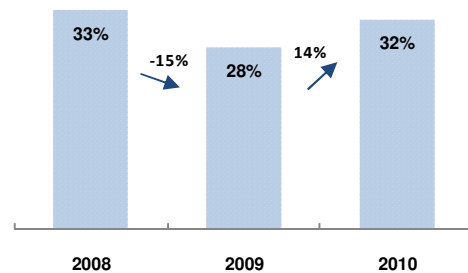
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

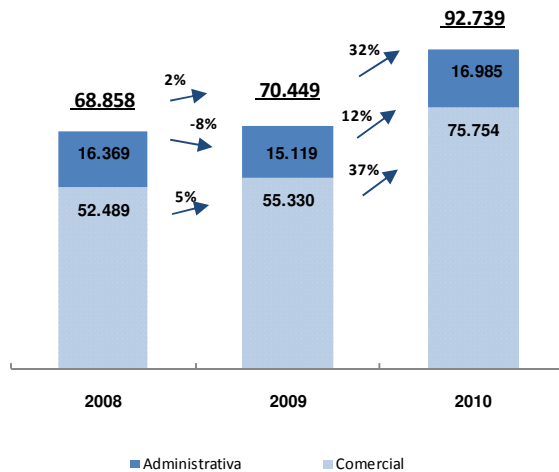
Lucro Operacional Bruto



Margem Bruta



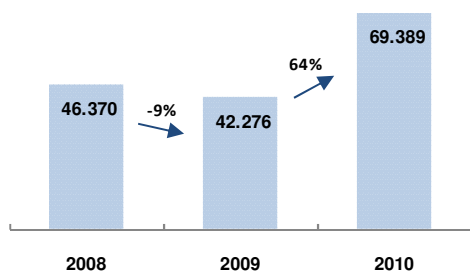
Despesas Comerciais e Administrativas



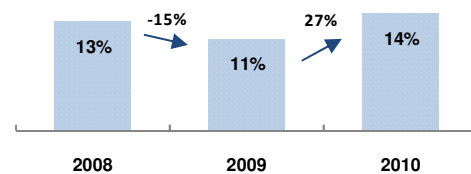
As despesas comerciais aumentaram 37% quando comparada ao mesmo período de 2009 em função do aumento das vendas. Estas despesas representam 15% da receita líquida em 2010, mesmo percentual verificado em 2009. Os principais incrementos foram em logística, força de vendas e ações de marketing para dar sustentação ao crescimento das vendas.

As despesas administrativas aumentaram 12% quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 em função dos gastos com aperfeiçoamento de sistemas de gestão. Em percentual da receita líquida diminuíram de 4% para 3%, representando um ganho de escala.

EBIT



EBIT, % sobre Receita Líquida



EBIT	2008	2009	2010	Variação % 2010 x 2009
Lucro operacional bruto	119.054	105.218	163.444	55%
Despesas com vendas	(52.489)	(55.330)	(75.754)	37%
Despesas gerais e administrativas	(16.369)	(15.119)	(16.985)	12%
Outras (despesas) receitas operacionais	3.275	16.229	42	-100%
Outros ganhos (perdas), líquidos	(7.101)	(8.722)	(1.358)	-84%
(=) EBIT	46.370	42.276	69.389	64%
% da receita líquida	13%	11%	14%	27%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

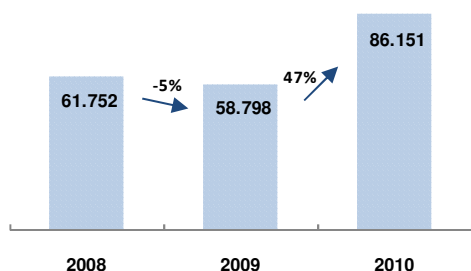
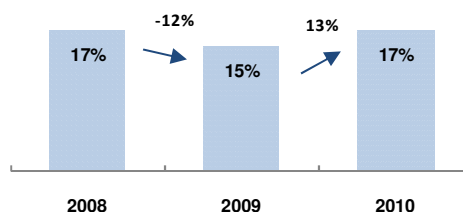
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5) Desempenho econômico-financeiro

Resultado consolidado do período	2008	2009	2010
Receita operacional líquida	356.264	380.208	511.415
Lucro operacional bruto	119.054	105.218	163.444
<i>Margem bruta</i>	33%	28%	32%
Despesas operacionais	(72.684)	(62.942)	(94.055)
Vendas	(52.489)	(55.330)	(75.754)
Gerais e administrativas	(16.369)	(15.119)	(16.985)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.275	16.229	42
Outros ganhos (perdas), líquidos	(7.101)	(8.722)	(1.358)
EBIT	46.370	42.276	69.389
<i>Margem EBIT</i>	13%	11%	14%
Resultado financeiro líquido	(32.101)	(10.165)	(25.991)
Resultado operacional	14.269	32.111	43.398
Imposto de renda e contribuição social	(9.859)	(7.199)	(2.669)
Resultado do exercício das operações continuadas	4.410	24.912	40.729
Resultado do exercício das operações descontinuadas	(13.755)	(5.745)	(8.425)
Resultado líquido do exercício	(9.345)	19.167	32.304
Resultado líquido atribuível a participação dos não controladores	(7)	(6)	(9)
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	(9.352)	19.161	32.295
<i>Margem líquida</i>	-3%	5%	6%
EBITDA (*)	61.752	58.798	86.151
<i>Margem EBITDA</i>	17%	15%	17%

(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

O resultado líquido aumentou 69% quando comparado ao mesmo período de 2009, consequência dos melhores níveis de faturamento, do reconhecimento de IR e CSLL diferidos sobre prejuízos acumulados e diferenças temporárias, e das diversas ações adotadas pela Administração.

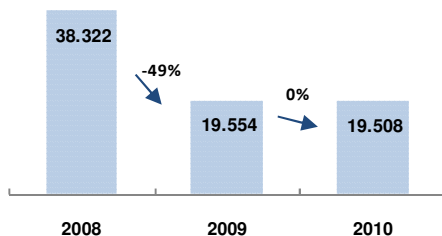
6) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA)**EBITDA****EBITDA, % sobre Receita líquida**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EBITDA	2008	2009	2010	Variação % 2010 x 2009
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	(9.352)	19.161	32.295	69%
Receita (despesa) financeira líquida	32.101	10.165	25.991	156%
Depreciação, amortização e exaustão	15.382	16.522	16.762	1%
Imposto de renda e contribuição social	9.859	7.199	2.669	-63%
Resultado líquido atribuível a participação dos não controladores	7	6	9	50%
Resultado do exercício de operações descontinuadas	13.755	5.745	8.425	47%
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	61.752	58.798	86.151	47%
% da receita líquida	17%	15%	17%	13%

(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

7) Investimentos

O programa de investimentos em 2010 incluiu uma nova linha de produção complementando as outras duas linhas implementadas entre 2008 e 2009. Ao final de 2010 a Companhia adquiriu equipamento para decoração que utiliza tecnologia digital "Ink Jet", o que permitirá maior inovação e rapidez no lançamento de linhas de produtos.

8) Capital de giro

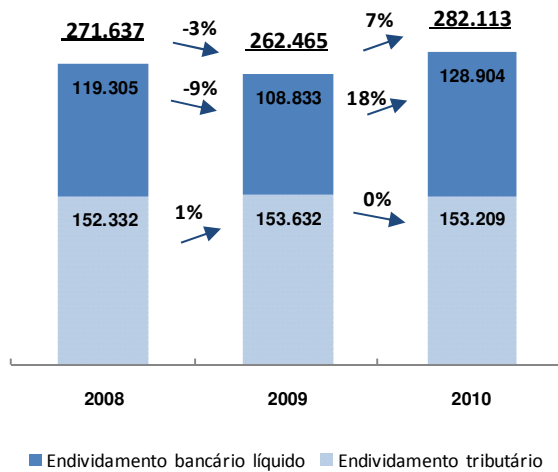
Capital de giro	2008	2009	2010	Variação %	Variação nominal
Contas a receber	79.865	70.989	101.491	43%	30.502
Adiantamento a fornecedores	2.365	2.121	747	-65%	(1.374)
Estoques	64.300	71.037	93.745	32%	22.708
Fornecedores	(72.178)	(68.033)	(87.689)	29%	(19.656)
Adiantamento a clientes	(19.957)	(20.254)	(14.659)	-28%	5.595
Capital de giro aplicado	54.395	55.860	93.635		37.775

A necessidade de capital de giro aumentou em relação ao mesmo período do ano anterior por três principais fatores: (i) em 2009 estiveram em vigor condições excepcionais de prazo de alguns dos maiores fornecedores, principalmente de energia e de esmaltes e corantes, como apoio à Companhia em função da parada de produção de seu parque fabril em dezembro de 2008 causada pela interrupção do fornecimento de gás natural; (ii) o aumento de vendas requereu maior financiamento a clientes; e (iii) o aumento da capacidade de produção própria e das compras de produtos produzidos por terceiros elevou o nível de estoques necessários para suprir a demanda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9) Endividamento

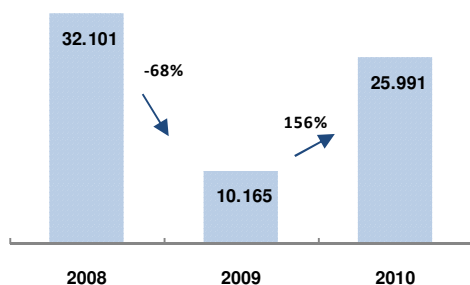


O endividamento bancário líquido aumentou 18% comparado ao mesmo período do ano anterior, em função dos investimentos realizados no parque fabril que foram em sua totalidade financiados, e do aumento da necessidade de capital de giro para financiar o aumento das vendas. Porém a dívida tem perfil de prazo mais longo e custo menor que nos anos anteriores.

Endividamento bancário líquido	2008	2009	2010
Circulante	98.785	92.871	97.584
Não circulante	36.327	28.859	45.242
(=) Total do endividamento bancário	135.112	121.730	142.826
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	15.807	12.897	13.922
(=) Total do endividamento bancário líquido	119.305	108.833	128.904

Alavancagem financeira	2008	2009	2010
Endividamento bancário líquido	119.305	108.833	128.904
Endividamento tributário	152.332	153.632	153.209
EBITDA	61.752	58.798	86.151
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,9	1,9	1,5
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	4,4	4,5	3,3

Despesas Financeiras Líquidas



As despesas financeiras líquidas foram superiores ao ano de 2009 em função dos benefícios de redução de encargos no montante de R\$ 9.706, contabilizados como receita financeira naquele ano, devido à adesão da Companhia aos programas de parcelamentos de tributos federais (Refis e MP 470). Além disso, em 2009 houve uma variação cambial líquida positiva de R\$ 12.687 enquanto que em 2010 este valor foi de R\$ 1.888. Considerando os valores líquidos ajustados por esses efeitos citados acima, as despesas financeiras líquidas apresentaram redução de 15%.

Ao longo do ano de 2010 foram tomadas diversas medidas visando o alongamento do prazo do endividamento bancário, o que resultou num custo médio de 12,2% a.a. sobre a dívida ao final do ano, versus um custo médio de 15,1% a.a. ao final de 2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

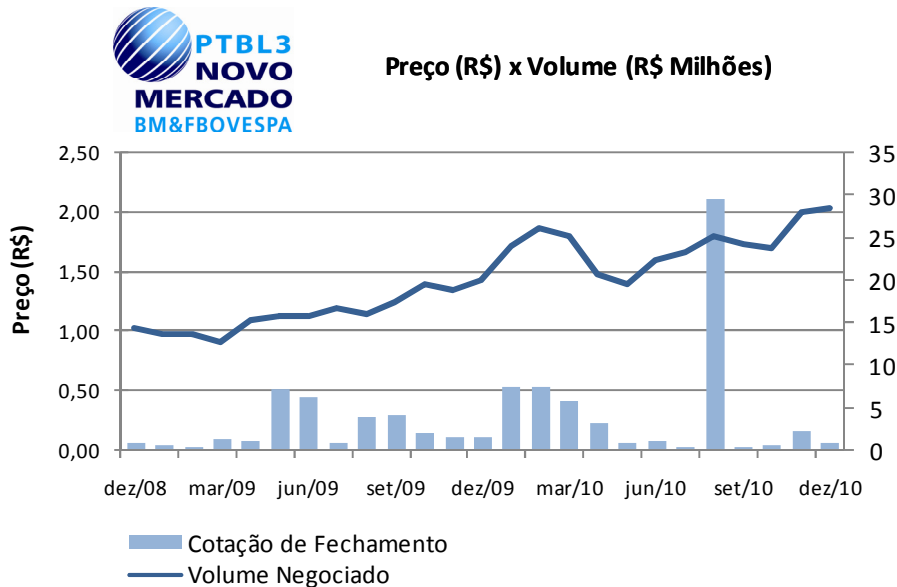
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10) Recursos humanos

O quadro de pessoal consolidado ao final do exercício era constituído de 2.502 profissionais, sendo 2.342 próprios, 108 terceiros, 17 estagiários, 35 temporários

11) Desempenho das ações

A cotação das ações da PORTOBELLO passou de R\$ 1,44 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 2,03 em 31 de dezembro de 2010, um crescimento de 41%. O volume anual negociado passou de R\$ 1.540 mil para R\$ 951 mil.



12) Reconhecimento

- Prêmio 500 Maiores Empresas do Sul do Brasil. A Companhia ocupou a 28ª posição (31ª em 2008) no ranking das 100 Maiores Empresas de Santa Catarina e o 148º lugar (161º em 2008) nas Maiores do Sul;
- Prêmio PINI de Melhor Fornecedor na categoria de Revestimento Cerâmico, na 16ª edição do prêmio;
- Prêmio Top of Mind da revista Casa & Mercado;
- Prêmio Top de Marketing ADVB/SC – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina por apresentar ao mercado o primeiro porcelanato de 4,7 milímetros produzido no Brasil;
- Prêmio Expressão de Ecologia 18ª edição, certificado pelo Ministério do Meio Ambiente;
- As empresas mais admiradas no Brasil em 2010, da revista Carta Capital, a Companhia ocupa a 5ª posição geral na categoria Fabricantes de material de construção, sendo a primeira do segmento de revestimentos;
- Marca Destaque Século 21 realização da Editora Empreendedor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13) Perspectivas

- A Companhia espera a continuidade da forte demanda para materiais de construção, também influenciada pela isenção do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados até o final de 2011, como incentivo do governo para construção civil;
- Os investimentos programados nas instalações fabris e nos sistemas de gestão deverão dar continuidade aos ganhos de produtividade com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade;
- Será ampliada a utilização de produtos adquiridos de terceiros para revenda, inclusive importados;
- Com a maior oferta de linhas de crédito que a Companhia vêm recebendo nos últimos meses, deverá ser reestruturado o perfil e o custo dos financiamentos para capital de giro, com impacto das despesas financeiras líquidas. A Companhia está tomando ações para reduzir a necessidade de capital de giro (estoques);
- Com o forte crescimento da economia brasileira sem a correspondente ampliação da infra-estrutura viária, a Companhia está preparando-se para superar os crescentes desafios na área de logística;
- As prováveis pressões inflacionárias nos custos dos insumos necessitarão ser neutralizados por ganhos de produtividade, que a Companhia espera obter com as medidas administrativas em curso somado aos investimentos orçados.

14) Outras informações relevantes

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM 381 de 14/01/2003, a Companhia informa que a auditoria independente é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a qual não presta qualquer outro tipo de serviço para a empresa ou suas subsidiárias.

Os integrantes da Administração da Companhia são:**Diretoria**

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
Mario A. F. Baptista	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente
Glauco José Côrte	Conselheiro	Independente
Mailson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	Independente
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Maurício Levi	Conselheiro	Independente
Rami Naun Goldfajn	Conselheiro	Independente

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. Os seus controladores são Cesar Gomes Júnior e Eleonora Ramos Gomes, que detém 29,09% das ações da sociedade. Os 70,91% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária em outras sociedades controladas, conjuntamente denominados “o Grupo”: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de dezembro de 2010 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 37; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que foi constituída com o objetivo de oferecer as empresas de construção civil um atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 105 lojas.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de março de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo reavaliado” que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias, na data de transição para IFRS/CPCs (vide nota explicativa 31b). Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa 44.2.5.

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital votante		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Portobello América, Inc.	100,00	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas empresas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Patrimônio Líquido			Resultado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	2010	2009
Controladora	60.864	27.177	219	32.104	18.760
Lucro não realizado nos estoques	(38)	(229)	(630)	(38)	(229)
Reversão do lucro não realizado	-	-	-	229	630
Consolidado sem a participação dos não controladores	60.826	26.948	(411)	32.295	19.161

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2.3 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

c) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos Financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "contas a receber de clientes".

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

O Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge.

2.8 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

2.11 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

2.12 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

2.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classificada a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial".

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 20).

2.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25-40
Máquinas e equipamentos	10-15
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 21).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 22, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Anos
Software	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida

O Grupo determinou a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, este que não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que estes ativos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para o Grupo.

O Grupo testa a recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil, anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2010 estão próximos do valor justo.

2.16 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais o Grupo assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 21.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o Grupo são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.17 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 submeteu os ativos não financeiros a análise e testes de *impairment* e não possui indicadores de que os saldos contábeis destes ativos podem não ser totalmente recuperáveis.

2.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.20 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Grupo. O Grupo registra no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais" a participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçado.

2.23 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 31.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

2.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.26 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas empresas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.27 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 37.

2.28 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e introduz nova exigência para classificar e mensurar os ativos. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo.

- "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".
- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto.
- "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado.

O Grupo ainda avaliará o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo ou da Controladora.

b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações do Grupo:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tópico		Exigências-chave	Data da entrada em vigor
		circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS. (b) Base de reavaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>) Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor	Aplicado prospectivamente. As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Principais exigências	Aplicações
	justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição. (c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos) As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.	Aplicado prospectivamente.
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008). (b) Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS. (c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente A orientação da aplicação em IFRS 3	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Principais exigências	Aplicações
	aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.	
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: • circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; • transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; • mudanças na classificação dos ativos financeiros; e • mudanças nos passivos e ativos contingentes.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 30 (a).

f) Operação descontinuada

O Conselho de Administração aprovou em agosto de 2010 a descontinuação da controlada Portobello América Inc., e para isso foram reconhecidas provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos Recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está calcado no transito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União para o exercício de 2011. Assim, pode-se afirmar que a União Federal iniciará o pagamento do precatório, com a consequente satisfação dos haveres da Companhia, ainda no ano de 2011.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Risco de mercado**i) Risco cambial**

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos a variação da taxa de câmbio:

		Em reais					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber		10.201	10.693	20.398	10.201	11.325	28.661
Créditos com controladas		33.784	32.182	37.937	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		336	768	621	336	768	621
Títulos e valores mobiliários		-	3.650	6.790	-	3.650	6.790
Investimentos em controladas		(33.738)	(27.026)	(29.277)	-	-	-
Fornecedores		(5.502)	(2.687)	(5.909)	(5.502)	(3.820)	(6.961)
Empréstimos e financiamentos		(27.698)	(31.167)	(75.700)	(27.698)	(31.184)	(77.291)
Passivos líquidos expostos		(22.617)	(13.587)	(45.140)	(22.663)	(19.261)	(48.180)

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber	euro	214	301	354	214	301	354
Contas a receber	dolar	4.869	5.238	8.237	4.869	6.824	11.773
Créditos com controladas	dolar	20.276	18.454	16.233	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	euro	132	82	14	132	82	14
Adiantamento a fornecedores	dolar	23	325	345	23	325	345
Títulos e valores mobiliários	dolar	-	2.096	2.905	-	2.096	2.905
Investimentos em controladas	dolar	(20.248)	(15.521)	(12.528)	-	-	-
Fornecedores	euro	(686)	(708)	(829)	(686)	(708)	(829)
Fornecedores	dolar	(2.385)	(400)	(1.380)	(2.385)	(1.051)	(1.831)
Empréstimos e financiamentos	euro	(686)	(1.835)	-	(686)	(1.835)	-
Empréstimos e financiamentos	dolar	(14.624)	(14.235)	(32.392)	(14.624)	(14.245)	(33.073)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial líquida passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de um ano de suas exportações, dispondo, portanto, de "hedge", natural em seu fluxo de caixa.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos as taxas variáveis que expõem o Grupo ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O Grupo mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

c) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 36.784 (R\$ 63.638 em 31 de dezembro de 2009). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação.
- Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: redução de custos, substituição de equipamentos por outros de maior produtividade, lançamento de produtos inovadores.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010								
Empréstimos e financiamentos	97.448	15.431	21.054	5.641	97.448	16.214	21.074	5.646
Obrigações de arrendamento financeiro	136	38	-	-	136	38	-	-
Fornecedores	86.733	-	-	-	87.645	-	-	-
Parcelamento de obrigações tributárias	15.739	15.739	38.433	79.890	16.552	16.551	39.652	80.454
Total	200.056	31.208	59.487	85.531	201.781	32.803	60.726	86.100

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2009								
Empréstimos e financiamentos	92.649	10.738	16.712	-	92.666	10.744	17.438	-
Obrigações de arrendamento financeiro	205	144	-	-	205	144	-	-
Fornecedores	65.999	-	-	-	68.033	-	-	-
Parcelamento de obrigações tributárias	21.434	13.690	39.152	75.535	22.179	14.432	40.943	76.078
Total	180.287	24.572	55.864	75.535	183.083	25.320	58.381	76.078

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 1º de janeiro de 2009								
Empréstimos e financiamentos	97.085	20.959	14.529	-	98.676	21.703	14.529	-
Obrigações de arrendamento financeiro	109	95	-	-	109	95	-	-
Fornecedores	70.812	-	-	-	72.178	-	-	-
Parcelamento de obrigações tributárias	9.303	6.675	14.885	7.397	9.761	6.983	15.811	7.423
Total	177.309	27.729	29.414	7.397	180.724	28.781	30.340	7.423

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM**i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2010 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,75% (taxa anualizada para o período referência) e TJLP de 6,00%. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	31 de dezembro de 2010	Risco	Consolidado em Reais							
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)			
			%	R\$	%	R\$	%	R\$		
Empréstimos - Capital de Giro	68.258	Alta CDI	11,75%	(8.020)	14,69%	(10.025)	17,63%	(12.030)		
Empréstimos - BNDES	4.023	Alta TJLP	6,00%	(241)	7,50%	(302)	9,00%	(362)		
Total	72.281			(8.262)		(10.327)		(12.393)		

Operação	31 de dezembro de 2010	Risco	Consolidado em Reais							
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)			
			%	R\$	%	R\$	%	R\$		
Aplicações - Caixa e Equivalentes	3.013	Baixa CDI	11,75%	362	8,81%	271	5,88%	181		
Aplicações - Títulos e valores mobiliários	1.120	Baixa CDI	11,75%	129	8,81%	97	5,88%	64		
Total	4.133			491		368		245		

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2010 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado em Reais					
	31 de dezembro de 2010	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa U\$	Ganho (Perda)	Taxa U\$	Ganho (Perda)	Taxa U\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	10.201	1,6662	-	2,0828	2.550	2,4993	5.101
Adiantamento a fornecedores	336	1,6662	-	2,0828	84	2,4993	168
Fornecedores	(5.502)	1,6662	-	2,0828	(1.376)	2,4993	(2.751)
Empréstimos e financiamentos	(27.698)	1,6662	-	2,0828	(6.925)	2,4993	(13.849)
Passivos líquidos expostos	(22.663)	1,6662	-	2,0828	(5.667)	2,4993	(11.331)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Empréstimos e financiamentos	142.018	120.981	132.777	142.826	121.730	135.112
Parcelamento de obrigações tributárias	149.801	149.811	38.260	153.209	153.632	39.978
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(8.719)	(7.014)	(6.446)	(12.802)	(8.618)	(9.017)
Créditos com outras pessoas ligadas	(94.667)	(86.763)	(95.229)	(94.667)	(86.763)	(95.229)
Títulos e valores mobiliários	(1.120)	(4.279)	(6.790)	(1.120)	(4.279)	(6.790)
Dívida líquida	187.313	172.736	62.572	187.446	175.702	64.054
Total do patrimônio líquido	60.864	27.177	219	60.836	26.949	(416)
Total do capital	248.177	199.913	62.791	248.282	202.651	63.638
Índice de alavancagem financeira (%)	75	86	100	75	87	101

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 24.000 em 31 de dezembro de 2010.

4.3 Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

O Grupo aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 – inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Os ativos financeiros e passivos financeiros do Grupo, mensurados ao valor justo, foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme tabela a seguir:

Controladora						
Valor contábil			Valor justo			
31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Ativos						
Recebíveis						
Aplicações financeiras	3.013	-	-	3.013	-	-
Total	3.013	-	-	3.013	-	-
Passivos						
Outros passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	142.018	120.981	132.777	142.018	120.981	132.777
Total	142.018	120.981	132.777	142.018	120.981	132.777
Consolidado						
Valor contábil			Valor justo			
31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Ativos						
Recebíveis						
Aplicações financeiras	6.026	-	-	6.026	-	-
Total	6.026	-	-	6.026	-	-
Passivos						
Outros passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	142.826	121.730	135.112	142.826	121.730	135.112
Total	142.826	121.730	135.112	142.826	121.730	135.112

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros do Grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	8.719	7.014	6.446	12.802	8.618	9.017
Contas a receber de clientes	96.353	65.510	70.321	101.848	71.662	79.865
Total	105.072	72.524	76.767	114.650	80.280	88.882
Mantidos até o vencimento						
Títulos e valores mobiliários	1.120	4.279	6.790	1.120	4.279	6.790
Total	1.120	4.279	6.790	1.120	4.279	6.790
Passivo, conforme o balanço patrimonial						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	86.777	65.999	70.812	87.689	68.033	72.178
Empréstimos e financiamentos	141.844	120.632	132.573	142.652	121.381	134.908
Obrigações de arrendamento financeiro	174	349	204	174	349	204
Parcelamento de obrigações tributárias	149.801	149.811	38.260	153.209	153.632	39.978
Total	378.596	336.791	241.849	383.724	343.395	247.268

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes						
Contrapartes sem classificação externa de crédito						
Grupo 1	10.780	6.954	4.438	11.466	7.607	5.109
Grupo 2	81.148	55.251	60.177	86.310	60.433	69.278
Grupo 3	7.018	5.713	7.604	7.464	6.248	8.754
Total	98.946	67.918	72.219	105.240	74.288	83.141
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)						
AAA (bra)	2.136	2.624	834	2.263	2.661	869
AA+ (bra)	5.887	2.572	3.982	9.186	2.727	5.701
A+ (bra)	-	463	373	-	463	373
AA- (bra)	458	601	455	461	603	456
BBB (bra)	-	244	-	-	244	-
Outros	238	501	793	892	1.911	1.606
Total	8.719	7.005	6.437	12.802	8.609	9.005
Empréstimos para partes relacionadas						
Grupo 3	745	604	820	-	-	-
Total	745	604	820	-	-	-

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

Apresentamos a seguir a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	S&P
Banco ABC Brasil S.A.	AA-(bra)	Aa1.br	-
Banco Alfa	AA-(bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Daycoval S.A.	A+ (bra)	-	-
Banco do Brasil S.A.	AA+(bra)	-	-
Banco Industrial e Comercial S.A.	A+ (bra)	-	-
Banco Indusval S.A.	BBB(bra)	-	-
Banco Itaú S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Safra	AA+(bra)	Aaa.br	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	Aaa.br	-

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa	5.706	7.014	6.446	6.776	8.618	9.017
Aplicações financeiras	3.013	-	-	6.026	-	-
Total	8.719	7.014	6.446	12.802	8.618	9.017

As aplicações financeiras designadas equivalentes de caixa são participações em fundos de investimentos, cuja rentabilidade no ano de 2010 foi de 102,17% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de terceiros:						
Clientes - mercado interno	87.603	57.087	51.701	93.897	62.825	54.360
Clientes - mercado externo	10.201	10.693	20.398	10.201	11.325	28.661
	<u>97.804</u>	<u>67.780</u>	<u>72.099</u>	<u>104.098</u>	<u>74.150</u>	<u>83.021</u>
Contas a receber de partes relacionadas:						
Entidades ligadas à administração	1.142	138	120	1.142	138	120
	<u>1.142</u>	<u>138</u>	<u>120</u>	<u>1.142</u>	<u>138</u>	<u>120</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:						
Provisão para devedores duvidosos	(2.377)	(2.408)	(1.898)	(3.176)	(2.626)	(3.276)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(216)	-	-	(216)	-	-
	<u>(2.593)</u>	<u>(2.408)</u>	<u>(1.898)</u>	<u>(3.392)</u>	<u>(2.626)</u>	<u>(3.276)</u>
Total	<u>96.353</u>	<u>65.510</u>	<u>70.321</u>	<u>101.848</u>	<u>71.662</u>	<u>79.865</u>
Parcela do circulante	95.996	64.837	70.321	101.491	70.989	79.865
Parcela do não circulante	357	673	-	357	673	-

As duplicatas descontadas e os adiantamentos sobre cambiais de exportação, referente aos exercícios de 2010, 2009 e 2008, cujos riscos pertenciam ao Grupo, foram reclassificadas para o passivo circulante no grupo de empréstimos e financiamentos.

Os valores a receber de controladas, decorrentes da venda de produtos, estão demonstrados no ativo realizável a longo prazo sob a rubrica "Créditos com controladas".

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer - não circulante	444	673	-	444	673	-
A vencer - circulante	89.700	59.567	63.718	93.846	65.681	70.969
Vencidos até 30 dias	3.177	2.548	3.635	3.657	2.411	4.347
Vencidos de 31 a 60 dias	1.009	283	966	1.262	346	1.384
Vencidos de 61 a 90 dias	519	251	606	725	251	929
Vencidos de 91 a 180 dias	1.093	450	346	2.204	869	2.570
Vencidos de 181 a 360 dias	736	1.420	429	736	1.276	433
Vencidos há mais de 360 dias	2.268	2.726	2.519	2.366	2.781	2.509
Total	<u>98.946</u>	<u>67.918</u>	<u>72.219</u>	<u>105.240</u>	<u>74.288</u>	<u>83.141</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora								
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Duplicatas a vencer	Vencidas não <i>impaired</i>	Vencidas <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer	Vencidas não <i>impaired</i>	Vencidas <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer	Vencidas não <i>impaired</i>	Vencidas <i>impaired</i>
A vencer - não circulante	444	-	-	673	-	-	-	-	-
A vencer - circulante	89.700	-	-	59.567	-	-	63.718	-	-
Vencidos até 30 dias	-	3.177	-	-	2.548	-	-	3.635	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	1.009	-	-	283	-	-	966	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	507	12	-	251	-	-	606	-
Vencidos de 91 a 180 dias	-	1.077	16	-	450	-	-	346	-
Vencidos de 181 a 360 dias	-	655	81	-	1.420	-	-	429	-
Vencidos há mais de 360 dias	-	-	2.268	-	318	2.408	-	621	1.898
Total	90.144	6.425	2.377	60.240	5.270	2.408	63.718	6.603	1.898

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Duplicatas a vencer	Vencidas não <i>impaired</i>	Vencidas <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer	Vencidas não <i>impaired</i>	Vencidas <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer	Vencidas não <i>impaired</i>	Vencidas <i>impaired</i>
A vencer - não circulante	444	-	-	673	-	-	-	-	-
A vencer - circulante	93.846	-	-	65.681	-	-	70.969	-	-
Vencidos até 30 dias	-	3.657	-	-	2.411	-	-	4.347	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	1.262	-	-	346	-	-	1.384	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	603	122	-	251	-	-	929	-
Vencidos de 91 a 180 dias	-	1.597	607	-	651	218	-	1.184	1.386
Vencidos de 181 a 360 dias	-	655	81	-	1.276	-	-	431	2
Vencidos há mais de 360 dias	-	-	2.366	-	373	2.408	-	621	1.888
Total	94.290	7.774	3.176	66.354	5.308	2.626	70.969	8.896	3.276

O valor justo das contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 96.353 (R\$ 65.510 em 31 de dezembro de 2009). O *impairment* das contas a receber de clientes, no total de R\$ 2.377 (R\$ 2.408 em 31 de dezembro de 2009), é composto pela provisão para devedores duvidosos. A recomposição do valor nominal ao valor presente, redutora das duplicatas a receber, está representada pelo montante de R\$ 216.

Acredita-se que a provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em 1º de janeiro	2.408	1.898	2.626	3.276
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber (a)	399	601	980	(559)
Contas a receber baixadas durante o exercício como incobráveis	(430)	(91)	(430)	(91)
Em 31 de dezembro	2.377	2.408	3.176	2.626

(a) A movimentação da provisão no exercício de 2010 está apresentada pelo valor líquido das constituições e reversões.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como outras despesas comerciais.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 24. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2010, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 53.345 (R\$ 59.315 em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Aplicações financeiras	1.120	629	-
Conta vinculada	-	3.650	6.790
Total	1.120	4.279	6.790

Os ativos financeiros existentes na Controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2010 classificados como mantidos até o vencimento estão representados por aplicações financeiras dadas em garantia a empréstimos financeiros com saldo de R\$ 1.120 (R\$ 629 em 31 de dezembro de 2009, que somados aos R\$ 3.650 em contas vinculadas totalizavam R\$ 4.279) e são remunerados pela variação de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com vencimento em 12 de setembro de 2011.

11 Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Produtos acabados	82.945	61.101	46.492	84.444	64.262	54.697
Produtos em processo	7.216	6.967	7.379	7.216	6.967	7.379
Matérias-primas e materiais de consumo	8.489	8.270	6.927	8.489	8.270	6.927
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(10.441)	(8.114)	(3.102)	(11.471)	(8.462)	(4.703)
Importações em andamento	5.067	-	-	5.067	-	-
Total	93.276	68.224	57.696	93.745	71.037	64.300

12 Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante						
ICMS	236	64	3	273	101	99
IPI (a)	930	706	-	930	706	-
IRRF/CSRF	84	144	161	458	514	530
PIS/COFINS	-	2.138	-	2	2.297	202
Outros	112	106	60	276	256	107
Total	1.362	3.158	224	1.939	3.874	938
Não circulante						
Créditos de tributos municipais	-	207	207	-	207	207
ICMS sobre ativo imobilizado (b)	1.455	293	254	1.455	293	254
Total	1.455	500	461	1.455	500	461

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela segunda vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010, e será mantida até 31 de dezembro de 2011. Esta medida origina créditos que são utilizados mensalmente para compensação de tributos federais. De acordo com o mesmo decreto, a partir de 01 de janeiro de 2012 a alíquota em vigor será de 5%.

b) Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou créditos de ICMS sobre bens do ativo imobilizado adquiridos no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2010 no montante de R\$ 2.632, sendo que R\$ 1.177 referente créditos passíveis de apuração imediata (créditos extemporâneos), foram utilizados para compensar o imposto a pagar de 31 de dezembro de 2010, conforme previsto no art. 22 do RICMS/SC, resultando em um saldo remanescente de R\$ 1.455 na conta de ICMS sobre ativo imobilizado.

O valor de R\$ 2.632 foi registrado em contrapartida da conta de "Máquinas e equipamentos", no valor de R\$ 2.234 (nota explicativa 21b) e da conta de "Outras despesas operacionais" no valor de R\$ 398, que refere-se aos créditos de ICMS sobre o montante já depreciado (nota explicativa 34).

13 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2010, estes créditos que também tem origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 94.667 (R\$ 86.763 em 31 de dezembro de 2009) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, cuja expectativa de recebimento destes haveres será iniciado no exercício de 2011. Ocasião em que a Companhia poderá iniciar o procedimento de compensação tributária, aguardar a conversão em pecúnia ou comercializar o precatório.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, porém não controladores e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 28) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Cível	6	7	7	6	161	77
Trabalhista	5.989	563	350	6.021	604	385
Tributária	2.016	1.452	1.329	2.016	1.452	1.329
Total	8.011	2.022	1.686	8.043	2.217	1.791

15 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pagos através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contadoria apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadoria apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de junho de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613.

Submetido o cálculo à revisão, a contadoria da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadoria da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 26.131 (R\$ 13.858 em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social**a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar estão registrados no ativo circulante e seu saldo tem a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda	-	125	-	144	294	154
Contribuição social	-	46	-	71	126	74
Total	-	171	-	215	420	228

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores base de cálculo dos tributos diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado			Imposto de renda e Contribuição social diferidos		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Base de cálculo			Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais	26.331	41.442	141.665	8.953	14.090	48.166
Diferenças temporárias ativas	59.872	47.222	51.530	20.356	16.055	17.520
Portobello previdência	1.734	3.281	3.629	590	1.116	1.234
Ajuste a valor presente de clientes	216	-	-	73	-	-
Provisão para ajuste a valor de mercado	9.013	7.320	4.208	3.064	2.489	1.431
Provisão para contingências	16.376	14.188	10.200	5.568	4.824	3.468
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	2.752	1.489	-	936	506	-
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	12.687	6.860	-	4.314	2.332	-
Provisão para devedores duvidosos	2.377	2.408	1.898	808	819	645
Provisão para PPR	2.783	-	1.300	946	-	442
Provisão sobre aplicação financeira	-	6.185	6.185	-	2.103	2.103
Provisão para contingência crédito prêmio IPI - SIMAB	5.577	-	16.728	1.896	-	5.688
Outras diferenças temporárias ativas	6.357	5.491	7.382	2.161	1.867	2.510
Diferenças temporárias passivas	(130.303)	(104.070)	(73.994)	(44.303)	(35.384)	(25.158)
Reserva de reavaliação	(55.904)	(57.760)	(59.494)	(19.007)	(19.638)	(20.228)
Provisão para contingência - Eletrobrás	(26.131)	(9.701)	(8.320)	(8.885)	(3.298)	(2.829)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(10.590)	(6.766)	-	(3.601)	(2.300)	-
Ajuste a valor presente - Prodec	(2.270)	(533)	-	(772)	(181)	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(44)	-	-	(15)	-	-
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(14.053)	(8.283)	-	(4.778)	(2.816)	-
Ajuste de variação cambial	(21.311)	(21.027)	(6.180)	(7.246)	(7.149)	(2.101)
Ajuste a valor recuperável	-	(50.472)	(171.388)	-	(17.160)	(58.272)
Total	(44.100)	(65.878)	(52.187)	(14.994)	(22.399)	(17.744)

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	Base de cálculo	Impostos diferidos
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em :		
Até 12 meses	48.999	16.660
Mais que 12 meses	37.204	12.649
	<u>86.203</u>	<u>29.309</u>
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em :		
Até 12 meses	(21.311)	(7.246)
Mais que 12 meses	(108.992)	(37.057)
	<u>(130.303)</u>	<u>(44.303)</u>
Total	<u>(44.100)</u>	<u>(14.994)</u>

O cronograma da utilização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais é como segue:

Vencimento	Controladora e Consolidado
2011	3.982
2012	4.971
Total	<u>8.953</u>

A expectativa de utilização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias é dentro dos próximos cinco anos.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em 1º de janeiro	<u>(22.399)</u>	<u>(17.744)</u>	<u>(22.399)</u>	<u>(17.744)</u>
Prejuízos fiscais	(5.138)	(34.076)	(5.138)	(34.076)
Diferenças temporárias ativas	4.301	(1.464)	4.301	(1.464)
Diferenças temporárias passivas	(9.550)	(10.816)	(9.550)	(10.816)
Reserva de reavaliação	631	590	631	590
Ajuste a valor recuperável	17.161	41.111	17.161	41.111
Em 31 de dezembro	<u>(14.994)</u>	<u>(22.399)</u>	<u>(14.994)</u>	<u>(22.399)</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) ao resultado
Ativo de imposto diferido				
Prejuízos fiscais	8.187	(2.153)	8.187	(2.153)
Provisões para contingências	744	1.356	744	1.356
Base de cálculo reduzida do PIS pelo expurgo do ICMS	429	506	429	506
Base de cálculo reduzida da COFINS pelo expurgo do ICMS	1.981	2.332	1.981	2.332
Portobello previdência	(526)	(118)	(526)	(118)
Provisão para ajuste a valor de mercado	575	1.058	575	1.058
Ajuste a valor presente	73	-	73	-
Provisão para devedores duvidosos	(11)	173	(11)	173
Provisão para aplicações financeiras	(2.103)	-	(2.103)	-
Provisão para PPR	946	(442)	946	(442)
Provisão para contingência crédito prêmio IPI pós 90 - SIMAB	1.896	(5.687)	1.896	(5.687)
Outras diferenças temporárias	294	(643)	294	(643)
Total	12.485	(3.618)	12.485	(3.618)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste a valor presente	(591)	(181)	(591)	(181)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(15)	-	(15)	-
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(1.962)	(2.816)	(1.962)	(2.816)
Provisão para contingência - Eletrobrás	(5.586)	(470)	(5.586)	(470)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(1.300)	(2.300)	(1.300)	(2.300)
Realização da reserva de reavaliação	631	590	631	590
Variações cambiais pelo regime de caixa	(97)	(5.048)	(97)	(5.048)
(-) Provisão para parcela cuja realização não está assegurada	3.835	9.188	3.835	9.188
Total	(5.085)	(1.037)	(5.085)	(1.037)
	7.400	(4.655)	7.400	(4.655)

c) Imposto de renda e contribuição social a recolher

O imposto de renda e a contribuição social a recolher estão registrados no passivo circulante e seu saldo tem a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda	415	-	-	732	22	-
Contribuição social	175	-	-	317	8	-
Total	590	-	-	1.049	30	-

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(4.376)	-	(10.069)	(2.873)
Total do imposto diferido	(4.376)	-	(10.069)	(2.873)
Imposto diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias	7.400	(4.655)	7.400	(4.326)
Total do imposto diferido	7.400	(4.655)	7.400	(4.326)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.024	(4.655)	(2.669)	(7.199)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto	29.080	23.415	43.398	32.111
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(9.887)	(7.961)	(14.755)	(10.918)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	307	(144)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(1.603)	(5.307)	(1.673)	(5.436)
Depreciação de ativos reavaliados	(537)	(593)	(537)	(593)
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	7.344	14.005	6.896	14.074
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	7.400	(4.655)	7.400	(4.326)
Encargo fiscal	3.024	(4.655)	(2.669)	(7.199)

17 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença, com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. Desta forma, a Companhia reconheceu, em novembro de 2009, o valor incontroverso, atualizado até 31 de dezembro de 2010, de R\$ 10.590 (R\$ 9.665 em 31 de dezembro de 2009).

18 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', descritos na nota explicativa 17. Estes processos encontram-se, em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente (vide nota explicativa 25).

Em relação ao processo nº 1998.34.00.029022-4 a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença que deverá ocorrer até dezembro de 2011 e em relação ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vincendos, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Outros ativos realizáveis a longo prazo

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Depósitos em garantia	-	-	-	526	593	611
Valores a receber - SIMAB (a)	4.535	4.535	4.535	4.535	4.535	4.535
(-) Provisão para perda	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)
Outros	57	139	208	57	139	1.016
Total	57	139	208	583	732	1.627

a) A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço o montante de contas a receber de longo prazo no valor de R\$ 4.535 referente ao contrato de cessão de créditos tributários (crédito prêmio de Impostos sobre Produto Industrializado - IPI) celebrado com a SIMAB S.A. e constituiu provisão para perda no mesmo valor do ativo. A Companhia está adotando algumas medidas para requerer judicialmente o ressarcimento dos créditos cedidos, em razão da impossibilidade de compensação, conforme estipulação contratual.

20 Investimentos**a) Participação em controladas**

A Companhia é controladora de quatro empresas. Os investimentos estão registrados no ativo permanente em investimentos e no passivo em provisão para perda em investimentos.

	2010		2009	
	Investimentos	Provisão perda em investimentos	Investimentos	Provisão perda em investimentos
Em 1º de janeiro	480	(29.746)	480	(31.612)
Participação no resultado	10.567	(9.663)	5.909	(6.332)
Variações cambiais	-	1.415	-	8.198
Dividendos propostos	(10.567)	-	(5.909)	-
Em 31 de dezembro	480	(37.994)	480	(29.746)
Parcela do circulante	-	33.738	-	27.026
Parcela do não circulante	480	4.256	480	2.720

A provisão para perda em investimentos no montante de R\$ 9.663 (R\$ 6.332 em 31 de dezembro de 2009) sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto e a receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. de R\$ 10.567 (R\$ 5.909 em 31 de dezembro de 2009), foram registradas no resultado na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" com efeito líquido de R\$ 904 (perda de R\$ 423 em 31 de dezembro de 2009).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu R\$ 1.415 (R\$ 8.198 em 31 de dezembro de 2009) de ganhos com a conversão das demonstrações financeiras da controlada Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar dos Estados Unidos para o Real. Os ganhos estão registrados sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 1º de janeiro de 2009						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	15.457	44.734		
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	2.000	4.035		
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	12.483	12.003		
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	620	920		
Em 31 de dezembro de 2009						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	7.257	34.283	22.230	(5.947)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.646	3.988	-	(307)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	11.451	10.971	29.678	5.909
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	658	1.036	1.853	(78)
Em 31 de dezembro de 2010						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	2.000	35.738	14.521	(8.125)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.952	5.262	3.865	(968)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.024	16.544	40.652	10.567
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	471	1.417	2.260	(570)

b) Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um saldo de R\$ 198 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2009), referente à participação de 11,72% na empresa INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural aos estados do sul do Brasil, sendo este o principal insumo da Companhia.

21 Imobilizado**a) Composição**

	Taxa média anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		11.111	-	11.111	11.432	13.072	11.488	11.809	13.439
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	89.800	(10.285)	79.515	81.641	84.063	79.680	81.915	84.429
Máquinas e equipamentos	10%	266.558	(188.116)	78.442	77.958	71.221	78.442	78.163	71.606
Móveis e utensílios	10%	7.712	(6.901)	811	992	1.206	1.015	1.159	1.470
Computadores	20%	11.941	(11.097)	844	596	658	865	599	666
Outras imobilizações	20%	197	(152)	45	69	509	45	69	574
Imobilizações em andamento (a)		6.691	-	6.691	3.458	3.219	6.691	3.458	3.219
Total		394.010	(216.551)	177.459	176.146	173.948	178.226	177.172	175.403

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

A Administração optou por não utilizar o custo atribuído para valorização do ativo imobilizado, uma vez que este saldo está próximo do valor justo, pois a Companhia realizou a reavaliação dos bens em 2006, (vide nota explicativa 31b).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas em 2009 e 2010.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imobilizado

	2010	Controladora					2009
	Valor líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Ajustes *	Valor líquido
Terrenos	11.111	-	-	-	(321)	-	11.432
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.515	-	515	(2.578)	(63)	-	81.641
Máquinas e equipamentos	78.442	639	14.240	(12.204)	43	(2.234)	77.958
Móveis e utensílios	811	75	-	(256)	-	-	992
Computadores	844	526	-	(278)	-	-	596
Outras imobilizações	45	-	(4)	(20)	-	-	69
Imobilizações em andamento	6.691	17.995	(14.751)	-	(11)	-	3.458
Total	177.459	19.235	-	(15.336)	(352)	(2.234)	176.146

	2009	Controladora					2008
	Valor líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Ajustes *	Valor líquido
Terrenos	11.432	-	-	-	(1.640)	-	13.072
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.641	-	175	(2.577)	(20)	-	84.063
Máquinas e equipamentos	77.958	331	17.398	(10.992)	-	-	71.221
Móveis e utensílios	992	49	-	(263)	-	-	1.206
Computadores	596	369	-	(431)	-	-	658
Outras imobilizações	69	46	(445)	(26)	(15)	-	509
Imobilizações em andamento	3.458	17.367	(17.128)	-	-	-	3.219
Total	176.146	18.162	-	(14.289)	(1.675)	-	173.948

	2010	Consolidado					2009
	Valor líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Ajustes *	Valor líquido
Terrenos	11.488	-	-	-	(321)	-	11.809
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.680	33	515	(2.685)	(98)	-	81.915
Máquinas e equipamentos	78.442	760	14.240	(12.318)	(169)	(2.234)	78.163
Móveis e utensílios	1.015	155	-	(334)	35	-	1.159
Computadores	865	547	-	(281)	-	-	599
Outras imobilizações	45	-	(4)	(20)	-	-	69
Imobilizações em andamento	6.691	17.995	(14.751)	-	(11)	-	3.458
Total	178.226	19.490	-	(15.638)	(564)	(2.234)	177.172

	2009	Consolidado					2008
	Valor líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Ajustes *	Valor líquido
Terrenos	11.809	10	-	-	(1.640)	-	13.439
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.915	109	175	(2.756)	(42)	-	84.429
Máquinas e equipamentos	78.163	385	17.398	(11.208)	(18)	-	71.606
Móveis e utensílios	1.159	60	-	(365)	(6)	-	1.470
Computadores	599	369	-	(436)	-	-	666
Outras imobilizações	69	46	(496)	(26)	(29)	-	574
Imobilizações em andamento	3.458	17.367	(17.128)	-	-	-	3.219
Total	177.172	18.346	(51)	(14.791)	(1.735)	-	175.403

* O ajuste de R\$ 2.234 na conta de "Máquinas e equipamentos", refere-se aos créditos de ICMS sobre bens do ativo imobilizado adquiridos no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2010. Vide nota explicativa 12 (b)).

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custo produto vendido	14.229	13.042	14.229	13.042
Despesa comercial	762	881	1.064	1.382
Despesa administrativa	345	366	345	367
Total	15.336	14.289	15.638	14.791

A Companhia é arrendatária em operações de arrendamentos financeiros de veículos e equipamentos que estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Computadores	332	(108)	224	739	(386)	353	473	(265)	208
Outras imobilizações	46	(13)	33	46	(4)	42	-	-	-
Total	378	(121)	257	785	(390)	395	473	(265)	208

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo de dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

22 Intangível**a) Composição**

		Controladora				Consolidado			
		31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		150	-	150	150	154	152	152	154
Softwares	20%	12.153	(11.716)	437	1.351	2.916	448	1.403	2.987
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(150)	850	1.000	-	864	1.030	-
Fundo de comércio		-	-	-	-	-	80	80	-
Total		13.303	(11.866)	1.437	2.501	3.070	1.544	2.665	3.141

b) Movimentação do intangível

	2010	Controladora				2009
	Valor líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor líquido
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Software	437	5	-	(919)	-	1.351
Direito de exploração de jazidas	850	-	-	(150)	-	1.000
Total	1.437	5	-	(1.069)	-	2.501

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2009	Controladora				2008
	Valor líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor líquido
Marcas e patentes	150	-	-	-	(4)	154
Software	1.351	111	-	(1.676)	-	2.916
Direito de exploração de jazidas	1.000	1.000	-	-	-	-
Total	2.501	1.111	-	(1.676)	(4)	3.070

	2010	Consolidado				2009
	Valor líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor líquido
Marcas e patentes	152	-	-	-	-	152
Software	448	18	-	(958)	(15)	1.403
Direito de exploração de jazidas	864	-	-	(166)	-	1.030
Fundo de comércio	80	-	-	-	-	80
Total	1.544	18	-	(1.124)	(15)	2.665

	2009	Consolidado				2008
	Valor líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor líquido
Marcas e patentes	152	-	2	-	(4)	154
Software	1.403	128	-	(1.712)	-	2.987
Direito de exploração de jazidas	1.030	1.000	49	(19)	-	-
Fundo de comércio	80	80	-	-	-	-
Total	2.665	1.208	51	(1.731)	(4)	3.141

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custo produto vendido	419	513	436	532
Despesa comercial	3	7	41	43
Despesa administrativa	647	1.156	647	1.156
Total	1.069	1.676	1.124	1.731

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2011	2012	2013	2014	2015
Software	200	141	73	26	8
Direito de exploração de jazidas	214	200	200	200	50
Total	414	341	273	226	58

Os itens Marcas e patentes e fundo de comércio, no montante de R\$ 232, não sofrem amortização porque possuem vida útil indefinida.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Fornecedores						
Mercado interno	81.319	63.312	64.903	82.231	64.213	65.217
Mercado externo	5.502	2.687	5.909	5.502	3.820	6.961
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(44)	-	-	(44)	-	-
Total	86.777	65.999	70.812	87.689	68.033	72.178

24 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos 2010	Controladora			Consolidado		
			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante								
Moeda estrangeira								
"Suppliers credit"		VC+6,26% a.a. (Tx Média)	6.655	5.963	2.646	6.655	5.963	2.646
Adiantamento de contrato de câmbio		VC+7,00% a.a. (Tx Média)	1.791	1.779	3.834	1.791	1.779	3.834
Pré-pagamento (a)		VC+6,46% a.a. (Tx Média)	4.627	7.590	34.695	4.627	7.590	34.695
IFC - International Finance Corporation		-	-	-	3.798	-	-	3.798
Capital de giro nos EUA		-	-	-	-	-	17	1.591
Total moeda estrangeira		VC + 6,43% a.a.	13.073	15.332	44.973	13.073	15.349	46.564
Moeda nacional								
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)		13,21% a.a.	1.523	-	-	1.523	-	-
Exim Pré-embarque PSI (c)		7,00% a.a.	24.671	-	-	24.671	-	-
FINEP (e)		9,00% a.a.	29	-	-	29	-	-
Arrendamento financeiro		23,52% a.a.	136	205	109	136	205	109
Capital de giro no Brasil		16,82% a.a. (Tx Média)	58.152	74.874	46.471	58.152	74.874	46.471
Duplicatas descontadas e adiantamentos sobre cambiais de exportação		-	-	2.443	5.641	-	2.443	5.641
Total moeda nacional		13,90% a.a.	84.511	77.522	52.221	84.511	77.522	52.221
Total do circulante			97.584	92.854	97.194	97.584	92.871	98.785
Não circulante								
Moeda estrangeira								
"Suppliers credit"	Mar/2014	VC+5,76% a.a.(Tx Média)	12.935	15.835	20.503	12.935	15.835	20.503
Pré-pagamento (a)	Mar/2012	VC+6,39% a.a.(Tx Média)	1.690	-	10.224	1.690	-	10.224
Total moeda estrangeira		VC + 5,83% a.a.	14.625	15.835	30.727	14.625	15.835	30.727
Moeda nacional								
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)	Mar/2013	13,21% a.a.	2.500	-	-	2.500	-	-
PRODEC (d)	Jun/2014	4,00% a.a. + UFIR	4.725	1.202	-	4.725	1.202	-
FINEP (e)	Set/2018	9,00% a.a.	13.248	-	-	13.248	-	-
Arrendamento financeiro	Abr/2012	24,96 % a.a.	38	144	95	38	144	95
Capital de giro no Brasil	Dez/2012	14,71% a.a. (Tx Média)	9.298	10.946	4.761	10.106	11.678	5.505
Total moeda nacional		9,91% a.a.	29.809	12.292	4.856	30.617	13.024	5.600
Total do não circulante			44.434	28.127	35.583	45.242	28.859	36.327
Total			142.018	120.981	132.777	142.826	121.730	135.112

Exim Pré-embarque - Modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados à exportação.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

LIBOR - London Interbank Offered Rate

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Pré-pagamento - Em março e agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento nos valores de US\$ 2,780 e US\$ 2,000 milhões respectivamente. O primeiro contrato tem prazo de 2 anos e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e o segundo contrato tem prazo de 18 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A. Ambos os contratos não possuem cláusulas restritivas.

b) Exim Pré-embarque TJ 462 - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de “BNDES – exim Pré-embarque TJ-462” no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

c) Exim Pré-embarque PSI - Em agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de “BNDES – exim Pré-embarque PSI” no valor total de R\$ 16.597, com juros de 7% a.a. que serão amortizados da seguinte forma: R\$ 5.597 com vencimento em 15 de dezembro de 2011, R\$ 4.000 com carência de 6 meses e 12 prestações mensais e sucessivas e R\$ 7.000 com carência de 12 meses e 6 prestações mensais e sucessivas. Para estes contratos foram dados em garantia os recebíveis da Portobello S.A. Em setembro de 2010 houve a liberação de R\$ 8.000, com juros de 7% a.a. e prazo total de 18 meses, sendo 6 meses de carência e 12 parcelas mensais e sucessivas. Foram dados em garantia recebíveis da Companhia no valor de 50% do saldo devedor.

d) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 31 de dezembro de 2010 foi de 10,67% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

e) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. O desembolso previsto será de quatro parcelas, sendo que a primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010 e as demais parcelas, no valor de R\$ 5.572 (segunda), R\$ 7.496 (terceira), R\$ 3.787 (quarta) possuem prazo entre as liberações de 180 dias. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 4% a.a.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2010, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 43), reciprocidade com aplicações financeiras (nota explicativa 10), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 2.706.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Vencimento						
2010	-	-	21.054	-	-	21.798
2011	-	11.091	10.334	-	11.091	10.334
2012	16.301	8.945	2.358	17.109	9.677	2.358
2013	13.485	7.384	1.837	13.485	7.384	1.837
2014	6.192	707	-	6.192	707	-
2015	2.511	-	-	2.511	-	-
2016	2.511	-	-	2.511	-	-
2017	1.962	-	-	1.962	-	-
2018	1.472	-	-	1.472	-	-
Total	44.434	28.127	35.583	45.242	28.859	36.327

A exposição dos empréstimos do Grupo a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Seis meses ou menos	32.033	39.450	39.108
Seis a 12 meses	22.993	34.865	28.628
Um a cinco anos	39.835	41.663	59.194
Acima de cinco anos	5.117	732	744
Total	99.978	116.710	127.674

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Reais	114.320	89.814	57.077	115.128	90.546	57.821
Euros	1.540	4.601	4.538	1.540	4.601	4.538
Dólares dos Estados Unidos	26.158	26.566	71.162	26.158	26.583	72.753
Total	142.018	120.981	132.777	142.826	121.730	135.112

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 11,52% (15,76% em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos			
Menos de um ano	150	285	165
Mais de um ano e menos de cinco anos	39	155	140
Total	189	440	305
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(15)	(91)	(101)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	174	349	204
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:			
Menos de um ano	136	205	109
Mais de um ano e menos de cinco anos	38	144	95
Total	174	349	204

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Parcelamento de obrigações tributárias

		Pedido de parcelamento		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Obrigações fiscais		Data	Parcelas a vencer			
Portobello S.A.	INSS	Jul/07	-	-	-	5.126
	INSS	Dez/09	47	10.809	12.381	-
	IPI	Set/06	-	-	-	25.787
	IPI	Dez/09	47	7.419	8.510	-
	CPMF	Mar/07	-	-	-	39
	PIS	Mar/09	38	413	501	377
	COFINS	Mar/09	38	1.903	2.306	1.735
	IRPJ	Mar/09	38	3.022	3.662	3.790
	CSLL	Mar/09	38	1.124	1.362	1.406
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	166	125.111	113.430	-
	MP 470 (b)	Nov/09	-	-	7.659	-
Total da Controladora				149.801	149.811	38.260
Parcela do circulante				15.739	21.434	9.303
Parcela do não circulante				134.062	128.377	28.957
PBTech Ltda.	INSS	Set/06	-	-	-	75
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	166	309	287	-
Portobello Shop S.A.	INSS	Set/06	-	-	-	101
	INSS	Nov/09	46	889	1.021	-
	PIS	Mar/09	5	1	4	-
	COFINS	Mar/09	38	143	173	18
	IRPJ	Mar/09	38	1.095	1.327	1.118
	CSLL	Mar/09	38	397	482	406
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	166	574	527	-
Total das Controladas				3.408	3.821	1.718
Total do Consolidado				153.209	153.632	39.978
Parcela do circulante				16.552	22.179	9.761
Parcela do não circulante				136.657	131.453	30.217

Os parcelamentos indicados acima estão sujeitos à atualização pela SELIC e estão sendo recolhidos no prazo.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2009	-	-	9.303	-	-	9.761
2010	-	21.434	6.675	-	22.179	6.983
2011	15.739	13.690	6.194	16.552	14.432	6.503
2012	15.739	13.690	4.585	16.551	14.431	4.893
2013	15.739	13.690	4.106	16.551	14.431	4.415
2014	13.650	11.772	2.768	13.994	12.081	2.794
2015	9.044	7.562	2.645	9.108	7.616	2.645
2016	9.044	7.562	1.984	9.108	7.616	1.984
2017	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2018	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2019	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2020	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2021	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2022	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2023	9.044	7.562	-	9.108	7.616	-
2024	7.538	7.477	-	7.589	7.534	-
Total	149.801	149.811	38.260	153.209	153.632	39.978

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei 11.941/09 e está em fase de consolidação da Fazenda Nacional, recolhendo a parcela mínima de R\$ 393.

No terceiro trimestre de 2010, iniciou o processo de consolidação do parcelamento da Lei 11.941/09 e nesta oportunidade, considerando a manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o parcelamento da MP 470 (item b), migrou os débitos relativos às compensações de tributos federais realizadas com crédito prêmio de IPI de origem posterior a 05 de outubro de 1990 adquirido de terceiros, do parcelamento concedido através da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 e registrou provisão contábil de R\$ 5.577 referente à diferença da redução de multa e juros (benefícios) desses parcelamentos. A intenção da Companhia é efetuar pedido de ressarcimento junto a Secretaria da Receita Federal (SRF) dos valores pagos através do parcelamento da MP 470 e considerar os débitos parcelados através da Lei 11.941/09.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. Estas desistências de ações contra as autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 17.

b) MP 470 e MP 472 (convertida em Lei nº 12.249/10)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre R\$ 3.252 (vide nota explicativa 34) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Duta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 17. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até última instância, o impacto no resultado da Companhia seria uma perda de R\$ 2.523.

26 Tributos a pagar

A Administração da Companhia, com base em decisões judiciais transitadas em julgado e/ou autorização judicial, secundada em pareceres jurídicos, realizou a compensação de tributos federais incidentes sobre suas operações com crédito-prêmio do IPI adquiridos de terceiros e de partes relacionadas entre os exercícios de 2001 a 2003.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	(-) Inclusão REFIS	(-) Benefícios MP 470	(-) Benefícios Lei 11.941	(+) Adições	(+) Atualizações monetárias	1º de janeiro de 2009
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de Empresas ligadas	-	-	85.653	-	22.815	9.353	3.886	95.229
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de terceiros	-	-	7.546	10.408	-	594	632	16.728
	-	-	93.199	10.408	22.815	9.947	4.518	111.957
	Consolidado							
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	(-) Inclusão REFIS	(-) Benefícios MP 470	(-) Benefícios Lei 11.941	(+) Adições	(+) Atualizações monetárias	1º de janeiro de 2009
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de Empresas ligadas	-	-	85.994	-	22.889	9.353	3.904	95.626
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de terceiros	-	-	7.546	10.408	-	594	632	16.728
	-	-	93.540	10.408	22.889	9.947	4.536	112.354

Esses débitos foram incluídos no REFIS em novembro de 2009 e tiveram os benefícios de redução de multa e juros, que foram contabilizados no resultado na conta de Outras despesas operacionais.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
IRRF	860	600	2.088	1.065	774	2.252
ICMS	537	899	2.119	539	899	2.119
IPI	-	-	5.380	-	-	5.380
PIS	105	-	-	156	16	-
COFINS	485	-	9	720	71	9
Outros	83	32	120	202	165	245
Total	2.070	1.531	9.716	2.682	1.925	10.005

28 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações:

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Cíveis	3.193	1.803	2.370	3.222	1.821	2.370
Trabalhistas	11.442	10.779	6.349	11.442	10.779	6.394
Tributárias	17.180	9.956	4.672	17.180	9.956	4.672
Total	31.815	22.538	13.391	31.844	22.556	13.436
Circulante	6.322	5.539	-	6.345	5.557	-
Não Circulante	25.493	16.999	13.391	25.499	16.999	13.436

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 1º de janeiro de 2010	1.803	10.779	9.956	22.538
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:				
Provisões adicionais	1.587	3.421	6.173	11.181
Valores não usados	(112)	(744)	-	(856)
Decomposição do desconto	-	114	1.051	1.165
Usado durante o exercício	(85)	(2.128)	-	(2.213)
Em 31 de dezembro de 2010	3.193	11.442	17.180	31.815

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 1º de janeiro de 2010	1.821	10.779	9.956	22.556
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:				
Provisões adicionais	1.602	3.421	6.173	11.196
Valores não usados	(112)	(744)	-	(856)
Decomposição do desconto	-	114	1.051	1.165
Usado durante o exercício	(89)	(2.128)	-	(2.217)
Em 31 de dezembro de 2010	3.222	11.442	17.180	31.844

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 142 ações cíveis (113 ações em 31 de dezembro de 2009), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa 14).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa 29.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 91 reclamações trabalhistas (130 reclamações em 31 de dezembro de 2009), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão subsidiados por depósitos judiciais (nota explicativa 14).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa 29.

Tributárias

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no exercício.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 31 de dezembro de 2010 somam R\$ 15.439 (R\$ 8.350 em 31 de dezembro 2009).

29 Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, os assessores jurídicos da Companhia estimaram os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, há a possibilidade de serem incorridas perdas nas áreas cíveis e trabalhistas, a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Cíveis	650	542	674	542
Trabalhistas	5.226	3.713	5.226	3.713
Total	5.876	4.255	5.900	4.255

30 Benefícios a empregados**a) Plano de previdência privada**

A Companhia desde 01 de novembro de 1997 patrocina plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 41 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 3.469 (R\$ 3.420 em 31 de dezembro de 2009) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2010, apresenta um superávit R\$ 1.764 (déficit de R\$ 139 em 31 de dezembro de 2009), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de "Ativo atuarial" e os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Valor presente das obrigações financiadas	37.506	31.043	27.527
Valor justo dos ativos do plano	(39.270)	(30.904)	(24.797)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	(1.764)	139	2.730

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2010	2009
Em 1º de janeiro	31.043	27.527
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	766	766
Juros sobre obrigação atuarial	3.634	3.222
Benefícios pagos no ano	(547)	(472)
Obrigações - (ganho) ou perda	2.610	-
Em 31 de dezembro	37.506	31.043

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguir:

	Controladora	
	2010	2009
Em 1º de janeiro	30.904	24.797
Benefícios pagos no ano	(547)	(472)
Contribuições de participante vertidas no ano	841	1.189
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	1.451	2.093
Rendimentos esperados dos ativos no ano	3.843	3.297
Ativos - ganho ou (perda)	2.778	-
Em 31 de dezembro	39.270	30.904

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora	
	2010	2009
Custo do serviço corrente (com juros)	766	766
Juros sobre as obrigações atuariais	3.634	3.221
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(3.843)	(3.297)
Contribuições de participantes no ano	(841)	(1.189)
Total da despesa (receita) líquida	(284)	(499)

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 uma receita de R\$ 284 (R\$ 499 em 31 de dezembro de 2009), sob a rubrica "Outras receitas operacionais", referente ao resultado da gestão dos ativos do plano.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou o ganho atuarial de R\$ 168 como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial".

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Econômicas e financeiras	Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de dezembro de 2009
Taxa anual de juros	11,04% a.a. nominal (inflação+5,75%a.a. real)	11,83% a.a. nominal (inflação+6,5%a.a. real)	11,83% a.a. nominal (inflação+6,5%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	11,04%	11,83%	11,83%
Inflação de longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%
Projeção de crescimento salarial	8,15% a.a. (inflação+3a.a. real)	8,15% a.a. (inflação+3a.a. real)	8,15% a.a. (inflação+3 a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	1,00	1,00	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	1,00	1,00	1,00

Biométrica e demográficas	Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de dezembro de 2009
Hipótese sobre rotatividade	Conforme abaixo ⁽¹⁾	Conforme abaixo ⁽¹⁾	Conforme abaixo ⁽¹⁾
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-1983	AT-1983
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Aposentadoria	Probabilidade de aposentadoria ⁽²⁾	Probabilidade de aposentadoria ⁽²⁾	Probabilidade de aposentadoria ⁽²⁾
Composição familiar antes da aposentadoria			
Probabilidade de casados	90% dos participantes	90% dos participantes	90% dos participantes
Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher	Homem 4 anos mais velho que a mulher	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Número de filhos dependentes	2 filhos	2 filhos	2 filhos
Idade dos filhos	(Idade do participante-20)/2	(Idade do participante-20)/2	(Idade do participante-20)/2
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo	Composição real do grupo	Composição real do grupo

⁽¹⁾ Hipótese de rotatividade: A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial: 0-10 SM: 0,45 / (TS+1); 10-20 SM: 0,30 / (TS+1); mais de 20 SM: 0,15 / (TS+1), onde SM corresponde ao salário mínimo vigente (R\$ 510,00 em 31/12/2010 e R\$ 465,00 em 31/12/2009)

⁽²⁾ Probabilidade de entrada em aposentadoria: 50% na primeira data de elegibilidade a Aposentadoria Antecipada, 10% por ano até a data da primeira elegibilidade a Aposentadoria Normal e 100% na data da primeira elegibilidade à Aposentadoria Normal.

b) Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Remuneração	58.684	41.958	63.399	45.991
Benefícios				
Plano de previdência	641	555	889	788
FGTS	4.753	3.429	5.113	3.689
Outros	6.170	4.643	6.374	4.819
Total	70.248	50.585	75.775	55.287

31 Patrimônio líquido**a) Capital social**

(valores integrais, não arredondados)

Em 27 de novembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada, na forma do art. 136 da Lei 6.404/76, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias na proporção de uma ação ordinária para uma ação preferencial, que efetivamente aconteceu em 10 de janeiro de 2008.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde então a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957.487 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2010 havia 109.139.766 ações em circulação, o equivalente a 68,64% do total de ações emitidas (103.651.370 em 31 de dezembro de 2009, equivalente a 65,19% do total). Compreendem o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, este que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondente a reserva de reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 16.

Considerando o complemento das reservas de reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 46.872 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 48.729 em 31 de dezembro de 2009), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 1.857 (R\$ 1.743 no mesmo período de 2009), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 19.007 (R\$ 19.639 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia optou por manter o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2006 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

c) Reserva legal e estatutária

O Estatuto da Companhia prevê que 5% dos lucros líquidos serão destinados a reserva legal, limitados a 20% do capital social. Nos termos da legislação societária, a Companhia não efetuou a destinação do lucro líquido do exercício para compensá-lo com o saldo de prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Prejuízos acumulados

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2009	(154.125)	(154.755)
Realização da reserva de reavaliação	1.743	1.743
Lucro do exercício (sem a participação dos não controladores)	18.760	19.161
Em 31 de dezembro de 2009	(133.622)	(133.851)
Realização da reserva de reavaliação	1.857	1.857
Lucro do exercício (sem a participação dos não controladores)	32.104	32.295
Em 31 de dezembro de 2010	(99.661)	(99.699)

32 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas	614.284	465.087	648.582	484.727
Deduções da receita bruta	(132.996)	(101.410)	(137.167)	(104.519)
Receita líquida de vendas	481.288	363.677	511.415	380.208
Mercado interno	443.960	316.974	470.428	344.504
Mercado externo	37.328	46.703	40.987	35.704

33 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(14.771)	(8.174)	(14.771)	(8.174)
Custos diretos de produção	197.909	178.192	196.198	178.192
Custo das mercadorias revendidas	57.597	17.635	58.185	17.709
Benefícios a empregados	70.248	50.585	75.775	55.287
Mão de obra e serviços de terceiros	15.824	19.742	19.034	20.011
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	2.888	3.067	2.888	3.067
Despesas com marketing e publicidade	4.652	3.590	6.949	3.779
Outras despesas comerciais	28.298	21.066	30.182	21.160
Amortização e depreciação	16.050	15.394	16.407	15.951
Outros gastos	50.275	39.393	49.863	38.457
Total	428.970	340.490	440.710	345.439

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas**a) Movimentação do exercício de 2010 e 2009**

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	-	6.703	-	6.703
Receita de serviços com partes relacionadas	3.251	2.451	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	452	433	452	433
Venda de imobilizado	600	1.766	600	1.766
Complemento empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 15)	9.136	-	9.136	-
Parcelamento (REFIS) (b)	-	54.207	-	54.591
Ativos tributários (c)	-	7.365	-	7.365
Contrato de dação com partes relacionadas (d)	-	1.156	-	1.156
Utilização de créditos tributários para MP 470 (nota 25 (b))	3.252	-	3.252	-
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado	398	-	398	-
Ativo atuarial	1.185	2.591	1.185	2.591
Outras receitas	204	997	222	755
Total	18.478	77.669	15.245	75.360
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 28)	(4.242)	(5.742)	(4.258)	(5.674)
Tributos sobre outras receitas	(361)	(306)	(361)	(306)
Indenização sobre contrato de terceiros	(121)	(1.076)	(757)	(1.076)
Tributos e taxas municipais (e)	(207)	-	(207)	-
Custo do imobilizado vendido	(321)	(1.680)	(321)	(1.680)
Migração dos débitos da MP 470 para Lei 11.941 (nota 25(a))	(5.577)	-	(5.577)	-
Parcelamento (REFIS) (b)	-	(49.428)	-	(49.428)
Provisão para ajuste de estoque	(925)	-	-	-
Participação nos lucros	(2.783)	-	(3.155)	-
Outras despesas	(588)	(177)	(567)	(967)
Total	(15.125)	(58.409)	(15.203)	(59.131)
Total líquido	3.353	19.260	42	16.229

(a) Durante o exercício de 2009 foi reconhecido crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de peças de reposição e manutenção de máquinas e equipamentos, do período de janeiro de 2006 a junho de 2009. O resultado do trabalho de revisão da apuração destes tributos estão sustentados por parecer de advogados independentes.

(b) Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09 (nota 24).

(c) No exercício de 2009 houve o reconhecimento inicial dos ativos tributários (nota 17 (a))

(d) O contrato refere-se à seção de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento.

(e) Pedido de ressarcimento de tributos municipais indeferido no segundo trimestre de 2010.

35 Outros ganhos (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Variação cambial líquida				
Contas a receber	(1.562)	(9.647)	(1.562)	(9.647)
Fornecedores	202	902	202	902
Comissões	2	23	2	23
Total	(1.358)	(8.722)	(1.358)	(8.722)

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 Resultado financeiro**a) Movimentação do exercício de 2010 e 2009**

O resultado financeiro individual e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Juros	565	711	1.278	1.465
Juros sobre créditos tributários	169	991	169	991
Descontos recebidos	121	338	155	345
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 15)	3.137	1.973	3.137	1.973
Atualização do ativo tributário (nota 17(a))	929	-	929	-
Atualização do contas a receber com partes relacionadas (nota 13) (a)	7.886	-	7.886	-
Atualização de depósitos judiciais tributários e trabalhistas	220	-	220	-
Decomposição do valor nominal ao valor presente (nota 23)	44	-	44	-
Total	13.071	4.013	13.818	4.774
Despesas financeiras				
Juros	(21.553)	(22.015)	(21.779)	(22.410)
Empréstimos com partes relacionadas	(580)	(653)	(580)	(653)
Obrigações de arrendamento financeiro	(86)	(83)	(86)	(83)
Encargos financeiros com tributos	(13.586)	1.206	(13.877)	588
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 28)	(1.051)	(630)	(1.051)	(630)
Comissões e taxas de serviços	(2.084)	(1.212)	(2.111)	(1.231)
Deságios/despesas bancárias	(574)	(631)	(574)	(631)
Descontos concedidos	(497)	(413)	(550)	(417)
IOF	(869)	(2.156)	(870)	(2.156)
Recomposição do valor nominal ao valor presente (nota 9)	(216)	-	(216)	-
Outros	-	-	(3)	(3)
Total	(41.096)	(26.587)	(41.697)	(27.626)
Variação cambial líquida				
Aplicações financeiras	202	(2.424)	202	(2.424)
Empréstimos e financiamentos	1.686	15.111	1.686	15.111
Total	1.888	12.687	1.888	12.687
Total líquido	(26.137)	(9.887)	(25.991)	(10.165)

(a) Trata-se de cessão de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento. Em 2009, o reflexo desta atualização no resultado era nulo em função da utilização do mesmo índice de atualização para o ativo e para o passivo.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para os exercícios de 2010 e 2009, são resumidos a seguir:

Ativo	2010	Passivo	2010
Circulante	2.000	Circulante	36.038
Disponibilidades	632	Fornecedores	299
Clientes	1.158	Obrigações sociais e trabalhistas	58
Estoques	160	Outros	1.897
Outros	50	Dívidas com pessoas ligadas	33.784
		Patrimônio líquido	(34.038)
Total do ativo	2.000	Total do passivo	2.000

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa 20), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

Resultado das operações descontinuadas	2010	2009
Receita líquida	14.469	21.771
Custo de produtos (serviços)	(13.535)	(14.975)
Lucro bruto	934	6.796
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(7.829)	(12.385)
Resultado financeiro	(79)	(288)
Outras despesas operacionais	(1.448)	114
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(8.422)	(5.763)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3)	18
Resultado líquido das operações descontinuadas	(8.425)	(5.745)

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38 Lucro por ação**a) Básico**

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	32.104	18.760	32.295	19.161
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,20	0,12	0,20	0,12
Resultado das operações continuadas	32.104	18.760	40.720	24.906
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(8.425)	(5.745)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado por ação das operações continuadas	0,20	0,12	0,26	0,16
Resultado por ação das operações descontinuadas	-	-	(0,05)	(0,04)

A Companhia não possui, nem possuiu durante os exercícios de 2010 e 2009, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa 31). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39 Caixa gerado nas operações

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro/prejuízo do exercício antes dos tributos	29.080	23.415	43.398	32.111
Ajustes	38.873	15.374	42.468	29.045
Depreciação e amortização	21 e 22	16.405	15.965	16.762
Equivalência patrimonial	20	(904)	423	-
Variação cambial não realizada		108	(5.741)	2.091
Provisão de estoque a valor de mercado	11	2.326	5.012	3.008
Provisão para devedores duvidosos	9	31	(510)	(550)
Provisão para contingências	28	8.226	8.517	8.237
Provisões de obrigações trabalhistas		2.135	460	2.105
Outras provisões		(3.177)	(1.500)	(3.175)
Custo residual de imobilizado e intangível baixado	21 e 22	352	1.680	579
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	34	(5.737)	(17.477)	(5.364)
Complemento de emp. comp. Eletrobrás		(9.136)	-	(9.136)
Parcelamento REFIS (receita)		-	(54.207)	-
Parcelamento REFIS (despesa)		-	49.428	-
Ativo tributário	17	-	(7.365)	-
Contrato de dação com outras pessoas ligadas		-	(1.156)	-
Migração dos débitos da MP 470 para Lei 11.941	25	2.325	-	2.325
ICMS sobre ativo imobilizado		(398)	-	(398)
Ativo atuarial		(1.185)	(2.591)	(1.185)
Tributos e taxas municipais		207	-	207
Participação nos lucros		2.783	-	3.155
Receita na venda de ativo imobilizado		(600)	(1.766)	(600)
Outras		267	180	268
Atualizações		676	1.646	988
Empréstimo compulsório Eletrobrás	15	(3.137)	(1.973)	(3.137)
Ativos tributários	17	(929)	-	(929)
Contas a receber com partes relacionadas	13	(7.886)	-	(7.886)
Depósitos judiciais	14	(220)	-	(220)
Decomposição do valor nominal de fornecedores	23	(44)	-	(44)
Decomposição de desconto de provisões para contingências	28	1.051	630	1.051
Recomposição ao valor presente de contas a receber	9	216	-	216
Outros		(1.737)	(533)	(1.737)
Encargos financeiros com tributos parcelados		13.362	3.522	13.674
Encargos financeiros com tributos		-	(9.709)	-
Juros provisionados de empréstimos		18.432	16.608	17.787
Variações nos ativos e passivos		(61.038)	(28.748)	(67.576)
(Aumento)/redução do contas a receber	9	(33.100)	(6.283)	(31.982)
Aumento/(redução) de adiantamento de clientes		(4.484)	(4)	(5.594)
(Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários	10	3.159	2.511	3.159
(Aumento)/redução do estoque	11	(27.378)	(15.541)	(25.761)
(Aumento)/redução de outros ativos		4.907	(3.242)	9.786
(Aumento)/redução de depósitos judiciais	14	(5.770)	(336)	(5.607)
(Aumento)/redução de créditos tributários diferidos	16	-	51.636	-
(Aumento)/redução de ativos não circulantes		6.480	22.173	6.542
Aumento/(redução) do contas a pagar		20.868	(2.750)	19.694
(Aumento)/redução de adiantamento a fornecedores		362	203	1.374
Aumento/(redução) de parcelamentos	25	(15.697)	72.998	(16.421)
Aumento/(redução) de obrigações fiscais		(2.070)	(135.440)	(7.116)
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		1.659	2.213	1.621
Aumento/(redução) de outras contas a pagar		(2.575)	(4.854)	(9.703)
Aumento/(redução) de outras contas a pagar não circulante		(7.399)	(12.032)	(7.568)
Caixa gerado nas operações		6.915	10.041	18.290

As principais transações não monetárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram a atualização atuarial do plano de previdência e a variação cambial de controlada no exterior.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

40 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2010		
	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas			
Receita	470.428	40.987	511.415
Custo dos produtos vendidos	(313.994)	(33.977)	(347.971)
Lucro operacional bruto	156.434	7.010	163.444
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(88.564)	(4.175)	(92.739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	39	3	42
Outras ganhos (perdas), líquidos	(1.249)	(109)	(1.358)
	(89.774)	(4.281)	(94.055)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	66.660	2.729	69.389
% sobre a ROL	14%	7%	14%

	Em 31 de dezembro de 2009		
	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas			
Receita	344.504	35.704	380.208
Custo dos produtos vendidos	(244.081)	(30.909)	(274.990)
Lucro operacional bruto	100.423	4.795	105.218
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(60.693)	(9.756)	(70.449)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.705	1.524	16.229
Outras ganhos (perdas), líquidos	(7.903)	(819)	(8.722)
	(53.891)	(9.051)	(62.942)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	46.532	(4.256)	42.276
% sobre a ROL	14%	-12%	11%

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações sobre os principais clientes:

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. As vendas no mercado interno por tipo de cliente, conforme segue:

	Consolidado	
	2010	2009
Varejista de material de construção	155.624	113.033
Construtoras e incorporadoras	162.915	118.556
Lojas franqueadas (Portobello Shop)	151.889	112.915
Total	470.428	344.504

41 Compromissos**a) Compromissos para aquisição de ativos**

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de dezembro de 2010 somam o montante de R\$ 483. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 respectivamente não houve compromissos para aquisição de ativos.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Menos de um ano	472	319	254
Mais de um ano e menos de cinco anos	277	166	80
Total	749	485	334

42 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2010
Coberturas	
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	2.500
Responsabilidade civil - empregador	2.500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	27.282

A vigência da apólice corresponde ao período de 15 de novembro de 2010 até 15 de novembro de 2011, quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

43 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

		Controladora		
		Ativo (Passivo)		
Natureza		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Transações com controladas				
Portobello América, Inc.	Créditos com Controladas - Contas a receber	33.784	32.182	37.937
Portobello Shop S.A.	Dividendos a receber	10.567	5.909	8.285
	Dívidas com controlada	(8.484)	(7.827)	(7.237)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Créditos com Controladas - Contas a receber	2.921	2.285	2.327
	Créditos com Controladas - Mútuo	745	605	820
Mineração Portobello Ltda.	Adiantamento a fornecedores	1.020	741	518
Transações com empresas ligadas				
Refinadora Catarinense S.A.	Valores a receber	94.667	86.763	95.229
	Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	(2.269)
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	538	138	120
	Adiantamento de clientes	(627)	(314)	(401)
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	604	-	-
	Adiantamento de clientes	(60)	-	-
		<u>135.675</u>	<u>120.482</u>	<u>135.329</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Natureza	Controladora	
		Receita (Despesa)	
		2010	2009
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Venda de produtos	7.441	10.968
Portobello Shop S.A.	Prestação de serviços	6.098	5.453
	Custo dos serviços prestados	(2.858)	(2.839)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Venda de produtos	2.271	-
Mineração Portobello Ltda.	Compra de produtos	(1.711)	(958)
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Venda de produtos	10.368	7.845
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Venda de produtos	627	-
FHM Consult., Adm. e Part. Ltda.	Consultoria pessoa jurídica	(325)	-
		<u>21.911</u>	<u>20.469</u>

O preço de venda de produtos da Controladora para a controlada Portobello América Inc. é o custo do produto acrescido de 15%, e as operações realizadas com as demais empresas relacionadas, são nas mesmas condições praticadas em mercado.

Os contratos de mútuo com empresas ligadas são remunerados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possuem vencimento em 31 de dezembro de 2011.

Foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. Estes em 31 de dezembro de 2010 somavam R\$ 4.756. A controlada também é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de três franqueadas que fazem parte do grupo. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

	Natureza	Ativo (Passivo)		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Transações com controladas				
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Contas a receber	11	-	-
Transações com empresas ligadas				
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	160	207	162
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	323	-	-
		<u>494</u>	<u>207</u>	<u>162</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Natureza	Receita (Despesa)	
		2010	2009
Transações com controladas			
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Royalties	558	-
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Royalties	2.735	1.902
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Royalties	167	-
		<u>3.460</u>	<u>1.902</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 são:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Remuneração fixa				
Salários	5.024	3.735	6.062	4.506
Honorários	1.809	1.574	2.982	2.605
Remuneração variável	903	959	1.071	1.193
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	488	586	719	897
Outros	726	596	917	771
	<u>8.950</u>	<u>7.450</u>	<u>11.751</u>	<u>9.972</u>

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

A Assembléia Geral Ordinária de 19 de abril de 2010 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global do Conselho de Administração no montante máximo R\$ 4.320 (R\$ 4.320 aprovado em 24 de abril de 2009) e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.

44 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez**44.1 Base da transição****44.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1**

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

44.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

b) Isenção do valor justo como custo presumido

A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na nota explicativa 44.1.2 (b).

c) Isenção das diferenças acumuladas de conversão

A Companhia optou por fixar em zero os ajustes de conversão acumulada de anos anteriores para a data de transição de 1º de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada a todas as controladas. A aplicação dessa isenção está detalhada na nota explicativa 44.1.2 (c).

44.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

44.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

44.2.1 Duplicatas descontadas e adiantamentos sobre cambiais de exportação

De acordo com o BR GAAP antigo, as duplicatas descontadas, bem como os adiantamentos sobre cambiais de exportação, são reconhecidos em conta redutora do ativo de contas a receber de clientes. De acordo com a IAS 39, quando ativos financeiros são descontados, no entanto o risco não é transferido, o valor destes ativos deve ser registrado no passivo e não como uma redutora do ativo. Desta forma a Companhia optou pela reclassificação do saldo de duplicatas descontadas de R\$ 5.641 referente 1º de janeiro de 2009 e do saldo de R\$ 2.443 referente 31 de dezembro de 2009, para o grupo de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

44.2.2 Plano de previdência privada

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS 1. Dessa forma, as perdas atuariais líquidas cumulativas totalizando R\$ 2.730, registrados contra as obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP antigo, foram reconhecidas em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009. O mesmo ajuste aplica-se em 31 de dezembro de 2009 no total de R\$ 139.

44.2.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reclassificou o Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, de 2009 para o não circulante, de acordo com o CPC 26 (p.56) que orienta que “na situação em que a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos (passivos) não devem ser classificados como ativos circulantes (passivos circulantes)”.

As mudanças no imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se à adoção do ICPC 10 que aconselha constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos. O ajuste necessário para a transição para o CPC/IFRS, realizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009, foi de R\$ 2.517.

44.2.4 Prejuízos acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra prejuízos acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (nota explicativa 44.2.5.1).
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (nota explicativa 44.2.5.2).

44.2.5 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

44.2.5.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Controladora				
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CSLL diferidos	Plano de Previdência	De acordo com CPC/IFRS
Circulante					
Contas a receber de clientes	64.680	5.641	-	-	70.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.839	-	(22.839)	-	-
Não circulante					
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.839	-	22.839
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	91.553	5.641	-	-	97.194
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.066	-	-	-	40.583
Plano de previdência privada	3.629	-	-	2.730	6.359
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores					
Reserva de reavaliação	52.989	-	-	-	50.472
Prejuízos acumulados	(151.395)	-	-	(2.730)	(154.125)

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	74.224	5.641	-	-	-	79.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.839	-	(22.839)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.839	-	-	22.839
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	93.144	5.641	-	-	-	98.785
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.066	-	-	-	2.517	40.583
Plano de previdência privada	3.629	-	-	2.730	-	6.359
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	52.989	-	-	-	(2.517)	50.472
Prejuízos acumulados	(152.025)	-	-	(2.730)	-	(154.755)

44.2.5.2 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	Controladora					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CSLL diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	62.394	2.443	-	-	-	64.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.575	-	(17.575)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	17.575	-	-	17.575
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	90.411	2.443	-	-	-	92.854
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.456	-	-	-	2.517	39.973
Plano de previdência privada	3.281	-	-	139	-	3.420
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	51.246	-	-	-	(2.517)	48.729
Prejuízos acumulados	(133.483)	-	-	(139)	-	(133.622)

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	68.546	2.443	-	-	-	70.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.575	-	(17.575)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	17.575	-	-	17.575
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	90.428	2.443	-	-	-	92.871
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.456	-	-	-	2.517	39.973
Plano de previdência privada	3.281	-	-	139	-	3.420
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	51.246	-	-	-	(2.517)	48.729
Prejuízos acumulados	(133.712)	-	-	(139)	-	(133.851)

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

44.2.5.3 Conciliação do resultado em 31 de dezembro de 2009

	Controladora				
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CSLL diferidos	Plano de Previdência	De acordo com CPC/IFRS
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16.669			2.591	19.260
Lucro líquido do exercício	16.169			2.591	18.760
Lucro líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia	16.169				18.760
Participação dos não controladores	-				-
	Consolidado				
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CSLL diferidos	Plano de previdência	De acordo com CPC/IFRS
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.638			2.591	16.229
Lucro líquido do exercício	16.576			2.591	19.167
Lucro líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia	16.570				19.161
Participação dos não controladores	6				6

45 Efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010

Atendendo a Deliberação CVM nº 656 de 25 de janeiro de 2011, que altera a CVM nº 603 de 2009, a Companhia, por não ter reapresentado os seus ITR de 2010, inclui nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	Controladora					
	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009	30 de junho de 2010	30 de junho de 2009	31 de março de 2010	31 de março de 2009
Resultado acumulado no exercício de acordo com os critérios contábeis anteriores	28.968	4.537	11.748	3.417	4.749	1.349
Plano de Previdência	139	-	139	-	-	-
Resultado acumulado no exercício de acordo com os CPC/IFRS	29.107	4.537	11.887	3.417	4.749	1.349
	Consolidado					
	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009	30 de junho de 2010	30 de junho de 2009	31 de março de 2010	31 de março de 2009
Resultado acumulado no exercício de acordo com os critérios contábeis anteriores	29.011	4.886	11.788	3.582	4.775	1.263
Plano de Previdência	139	-	139	-	-	-
Resultado acumulado no exercício de acordo com os CPC/IFRS	29.150	4.886	11.927	3.582	4.775	1.263

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora					
		30 de setembro de 2010	30 de junho de 2010	31 de março de 2010	30 de setembro de 2009	30 de junho de 2009	31 de março de 2009
Patrimônio líquido de acordo com os critérios contábeis anteriores		59.632	40.655	33.970	17.661	14.081	7.056
Plano de Previdência		-	-	(139)	(2.730)	(2.730)	(2.730)
IR/CSLL diferidos s/reavaliação		(2.517)	(2.517)	(2.517)	(2.517)	(2.517)	(2.517)
Patrimônio líquido de acordo com os CPC/IFRS		57.115	38.138	31.314	12.414	8.834	1.809
		Consolidado					
		30 de setembro de 2010	30 de junho de 2010	31 de março de 2010	30 de setembro de 2009	30 de junho de 2009	31 de março de 2009
Patrimônio líquido de acordo com os critérios contábeis anteriores		59.440	40.466	33.771	17.380	13.619	6.345
Plano de Previdência		-	-	(139)	(2.730)	(2.730)	(2.730)
IR/CSLL diferidos s/reavaliação		(2.517)	(2.517)	(2.517)	(2.517)	(2.517)	(2.517)
Patrimônio líquido de acordo com os CPC/IFRS		56.923	37.949	31.115	12.133	8.372	1.098

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Portobello S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Portobello S.A. ("Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Portobello S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portobello S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portobello S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Portobello S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 18 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" SC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Portobello S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas, bem como o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes. Foram examinadas também as demonstrações consolidadas. Após os exames e os esclarecimentos da Administração, o Conselho Fiscal, levando também em conta o parecer dos auditores PriceWatterHouseCoopers Auditores Independentes, emitido em março de 2011 sem ressalvas, e de parecer que, em seus principais aspectos, as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Portobello S.A. e o resultado de suas operações, estando em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

Tijucas, 21 de março de 2011.

Bruno Piacentini

Haroldo Pabst

Maro Marcos Hadlich Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

DIRETORIA

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

Mario A. F. Baptista – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

DIRETORIA

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

Mario A. F. Baptista – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle - Diretor